



Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo  
Secretaria de Comércio e Serviços  
Departamento Nacional de Registro do Comércio

00-2015/456910-0

23 dez 2015 16:49

JUCERJA

Guia: 101820791

3330029129-6

Atos: 980

CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A

HASH: D15124569100Q

Cumprir a exigência no Junta » Calculado: 459,00  
mesmo local da entrada. DNRC » Calculado: 0,00  
Pagos: (476,00)

ULT. ARQ.: 00002799934 11/08/2015 506

NIRE (da sede ou da filial, quando a sede for em outra UF)	CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA	Nº DE AUXÍLIO
33.3.0029129-6	205-4 (vide Tabela 1)	

## 1 - REQUERIMENTO

ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PARTICIPAÇÕES S.A.

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
Nome: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33.3.0029129-6  
Protocolo: 00-2015/456910-0 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NÚMERO  
E DATA ABAIXO.

ED33000666-4/000  
DATA: 28/12/2015

Bernardo F. S. Berwanger  
SECRETÁRIO GERAL

INTO

MENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA

GE - 1 Via - 9001129118265



(vide instruções de preenchimento e Tabela 2)

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: SOLANGE S. RODRIGUES DA SILVA

Assinatura: Solange S. Rodrigues da Silva

Telefone de contato:

RIO DE JANEIRO

Local

23 / 12 / 15

Data

## 2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

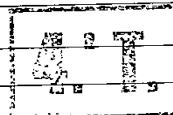
☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

116 Fls  
28/12/15



Processo em ordem.  
À decisão.

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

### DECISÃO SINGULAR

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo em exigência.  
(Vide despacho em folha anexa)

☐

☐

☐

☐

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

### DECISÃO COLEGIADA

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo em exigência.  
(Vide despacho em folha anexa)

☐

☐

☐

☐

☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Antônio Florenço de Queiroz Junior  
VOCAL JUCERJA  
ID 43897536

Antônio Florenço de Queiroz Junior

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A

Nire: 33300291296

Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0

Arquivamento: ED33000666-4/000

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DAS CENTRAIS EÓLICAS DE CAETITÉ PARTICIPAÇÕES S.A.**

Pelo presente instrumento,

**CENTRAIS EÓLICAS DE CAETITÉ PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, 470, Ipanema, Sala 401 (parte), CEP 22.410-002, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 09.341.337/0001-37, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Emissora");

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos titulares das debêntures desta emissão ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista");

**EÓLICA CAETITÉ A S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, 470, Ipanema, Sala 401, CEP 22.410-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.233.858/0001-24, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("EOL A" ou "SPE I");

**EÓLICA CAETITÉ B S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, 470, Ipanema, Sala 401, CEP 22.410-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.235.607/0001-89, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("EOL B" ou "SPE II");

**EÓLICA CAETITÉ C S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, 470, Ipanema, Sala 401, CEP 22.410-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.560.109/0001-01, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("EOL C" ou "SPE III" e, em conjunto com EOL A e EOL B, "SPEs");

**RIO ENERGY FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, fundo de investimento constituído sob a forma de fundo fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o



3483986

nº17.142.169/0001-89, administrado pelo Santander Securities Services Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 e 2035, bloco A, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 62.318.407/0001-19, neste ato representado por seus representantes legais devidamente autorizados ("FIP");

**LAGOA GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, 470, Ipanema, Sala 401, CEP 22.410-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.108.793/0001-22, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Lagoa" e, em conjunto com FIP, "Acionistas");

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário, as SPEs e as Acionistas designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, das Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.." ("Escritura de Emissão"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se "Dia(s) Útil(eis)" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

## CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

### 1.1. Autorização da Emissão e da Constituição e Compartilhamento das Garantias pela Emissora

1.1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 21 de dezembro de 2015 ("AGE da Emissora"), na qual foi deliberada: (a) a aprovação da Emissão e da Oferta Restrita (conforme definidos na Cláusula II abaixo), bem como seus termos e condições; (b) a outorga, na forma compartilhada descrita na Cláusula 4.19 abaixo, do penhor de ações de emissão das SPEs de titularidade da Emissora, previsto na Cláusula 4.15.1, item (ii) abaixo, e da cessão fiduciária prevista na Cláusula 4.15.1, itens (v) e (vi); (c) a contratação das Fianças Bancárias (conforme definidas na Cláusula 4.17.2 abaixo); e (d) a autorização à Diretoria da Emissora para discutir, negociar e definir os termos e condições finais das Debêntures, para celebrar todos os documentos e praticar todos os atos necessários à efetivação da Oferta Restrita e à Emissão das Debêntures, inclusive a Escritura, o aditamento à Escritura necessário à

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



3483987

05  
8

convolação da espécie das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.16 abaixo, o Contrato de Distribuição e os Contratos de Garantia, bem como para contratar os prestadores de serviços da Oferta Restrita.

**1.2. Autorização da Constituição e Compartilhamento das Garantias pelas SPEs e pelas Acionistas**

1.2.1. Foram aprovadas pelas SPEs, com base nas deliberações tomadas nas Reuniões de Diretorias realizadas por cada uma das SPEs em 22 de abril de 2015, conforme rerratificadas em Reuniões de Diretorias realizadas por cada uma das SPEs em 21 de dezembro de 2015 ("Reuniões de Diretoria das SPEs"): (a) as Fianças (conforme definidas na Cláusula 4.17.1 abaixo); (b) as Garantias Reais (conforme definidas na Cláusula 4.15.1 abaixo, com exceção dos penhores de ações previstos nos itens (i), (ii) e (iii) da Cláusula 4.15.1), garantias estas constituídas em regime de compartilhamento, conforme previsto na Cláusula 4.19 abaixo; (c) a assunção das obrigações previstas na presente Escritura de Emissão, descritas na Cláusula 6.2 abaixo; e (d) a autorização para seus representantes legais adotarem todos e quaisquer atos relacionados à efetivação das deliberações das Reuniões de Diretoria das SPEs, incluindo a celebração de quaisquer documentos necessários à formalização da Emissão, especialmente à celebração desta Escritura de Emissão e do aditamento necessário à convolação da espécie das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.16 abaixo, e dos Contratos de Garantia.

1.2.2. Foram aprovados pelo FIP, com base nas deliberações tomadas em assembleia geral de cotistas do FIP, realizada em 22 de abril de 2015 ("AGC FIP"): (a) o penhor da totalidade das ações de emissão da Lagoa de titularidade do FIP, conforme previsto na Cláusula 4.15.1, item (iii) abaixo; (b) a assunção das obrigações previstas na presente Escritura de Emissão descritas na Cláusula 6.3. abaixo, em especial a de efetivar os aportes; e (c) a autorização para seus representantes legais adotarem todos e quaisquer atos relacionados à efetivação das deliberações da AGC FIP, incluindo a celebração de quaisquer documentos necessários à formalização da Emissão, especialmente à celebração desta Escritura de Emissão e do aditamento necessário à convolação da espécie das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.16 abaixo, e dos Contratos de Garantia.

1.2.3. Foram aprovados pela Lagoa, com base nas deliberações tomadas em Reunião de Diretoria da Lagoa, realizada em 22 de abril de 2015 ("RDs Lagoa"): (a) o penhor da totalidade das ações de emissão da Emissora de titularidade da Lagoa, conforme previsto na Cláusula 4.15.1, item (ii) abaixo; (b) a assunção das obrigações previstas na presente Escritura de Emissão descritas na Cláusula 6.3 abaixo, em especial a de efetivar os aportes; e (c) a autorização para seus representantes legais adotarem todos e quaisquer atos relacionados à efetivação das deliberações das RDs Lagoa, incluindo a celebração de quaisquer documentos necessários à formalização da Emissão,

*[Assinaturas manuscritas]*  
3



3483988

especialmente à celebração desta Escritura de Emissão e do aditamento necessário à convalidação da espécie das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.16 abaixo, e dos Contratos de Garantia.

## CLÁUSULA II REQUISITOS

A 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a ser convalidada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos, da Emissora, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e desta Escritura de Emissão ("Oferta Restrita"), deverá observar os seguintes requisitos:

### 2.1. Arquivamento na Junta Comercial e Publicação dos Atos Societários da Emissora

2.1.1. Nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a ata da AGE da Emissora será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Diário Comercial ("Jornais de Publicação").

2.1.2. As atas dos atos societários da Emissora que pela lei são passíveis de serem arquivadas e publicadas e que, eventualmente, venham a ser realizados após o registro da presente Escritura de Emissão também serão arquivadas na JUCERJA, bem como serão publicadas nos Jornais de Publicação.

### 2.2. Arquivamento na Junta Comercial, Registro nos Cartórios de Títulos e Documentos e Publicação dos Atos Societários das SPEs e das Acionistas

2.2.1. As atas das Reuniões de Diretoria das SPEs e da RD Lagoa serão arquivadas na JUCERJA e publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Diário Comercial.

2.2.2. A ata da AGC do FIP será registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e divulgadas na página da rede mundial de computadores da CVM.

### 2.3. Inscrição da Escritura de Emissão e averbamento de seus eventuais aditamentos na Junta Comercial

BK

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



3483989

07  
8

2.3.1. Esta Escritura de Emissão será inscrita e seus eventuais aditamentos serão averbados na JUCERJA, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da respectiva data de assinatura. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos arquivadas na JUCERJA em até 5 (cinco) dias após a respectiva inscrição ou o respectivo averbamento.

**2.4. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais**

2.4.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.4.2. Por se tratar de distribuição pública, com esforços restritos, a Oferta Restrita poderá vir a ser registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”), nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” atualmente em vigor, exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, após a expedição de diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

**2.5. Registro das Garantias**

2.5.1. Nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, em virtude das Fianças avençadas na Cláusula 4.17.1 abaixo, a Emissora deverá, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da data de assinatura da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento, obter o registro da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento, conforme o caso, perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de eventual aditamento em até 5 (cinco) dias após os respectivos registros.

2.5.2. Os Contratos de Garantia (conforme definido na Cláusula 4.15.1 abaixo) e o Contrato de Compartilhamento de Garantias (conforme definido na Cláusula 4.19.1 abaixo), assim como quaisquer aditamentos subsequentes a estes contratos, serão celebrados, levados a registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos ou

84

5

1



08  
4

de Registro de Imóveis, conforme indicado nos respectivos instrumentos, sendo certo que: (a) no caso dos Contratos de Garantia, que devam ser registrados em Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, os mesmos serão registrados no prazo de até 20 (vinte) dias contados da respectiva celebração devendo ser fornecida ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original do respectivo instrumento devidamente registrado nos cartórios competentes dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do último registro; (b) no caso dos Contratos de Garantia que devam ser levados a registro em Cartório de Registro de Imóveis, os mesmos serão apresentados a registro no prazo de até 10 (dez) dias contados da respectiva data de celebração devendo ser fornecida ao Agente Fiduciário, dentro de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do último registro, 1 (uma) via original do respectivo instrumento devidamente registrado nos cartórios competentes; e (c) no caso do Contrato de Compartilhamento de Garantias, o mesmo será registrado no prazo de até 20 (vinte) dias contados da data do recebimento, pela Emissora, da via assinada do referido instrumento, devendo ser fornecida ao Agente Fiduciário, dentro de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do registro, 1 (uma) via original do respectivo instrumento devidamente registrado.

- 2.5.3. Os penhores que vierem a ser constituídos por meio do Contrato de Penhor de Ações da Emissora, do Contrato de Penhor de Ações da Lagoa e do Contrato de Penhor de Ações das SPEs (conforme definidos na Cláusula 4.15.1 abaixo) serão averbados nos respectivos Livros de Registro de Ações Nominativas da Emissora, da Lagoa e das SPEs, e/ou nos livros e sistemas da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora, da Lagoa e das SPEs, conforme o caso, devendo ser anotados no extrato da conta de depósito fornecido às respectivas acionistas, enquanto as ações da Emissora, da Lagoa e das SPEs forem escriturais, nos termos do artigo 39 da Lei das Sociedades por Ações, em até 5 (cinco) dias contados da data de assinatura dos respectivos contratos, observado o disposto na Cláusula 4.15.4 abaixo.

2.5.3.1. A Emissora, a Lagoa e as SPEs entregarão ao Agente Fiduciário cópias integrais e autenticadas dos "Livros de Registro de Ações Nominativas" da Emissora, da Lagoa e das SPEs e/ou declaração expedida pela instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora, da Lagoa e das SPEs, conforme aplicável, evidenciando a referida averbação, em até 5 (cinco) dias após as respectivas averbações.

- 2.5.4. Nos termos do parágrafo 3º do artigo 129 e do artigo 130 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, a Emissora deverá, no prazo de até 20 (vinte) dias contado da data de emissão das Fianças Bancárias, conforme definida na Cláusula 4.17.2 abaixo, obter o registro das Fianças Bancárias, assim como quaisquer aditamentos subsequentes a tal documento, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos do domicílio das instituições financeiras emissoras das Fianças

Handwritten signatures and initials on the right margin.



3483991

Bancárias e do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original das Fianças Bancárias em até 5 (cinco) Dias Úteis após os respectivos registros.

## 2.6. Depósito para Distribuição e Negociação

### 2.6.1. As Debêntures serão depositadas para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e
- (b) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.6.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.6.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido na Cláusula 3.6.4 abaixo) nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias, contados a partir da data de cada subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e depois do cumprimento pela Emissora do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

## 2.7. Enquadramento do Projeto

2.7.1. A Emissão será realizada na forma do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada (“Lei 12.431”) e do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, tendo em vista o enquadramento do Projeto (conforme definido na Cláusula 3.8.1. abaixo) como projeto prioritário pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”), por meio das seguintes Portarias do MME: (i) 662, de 16 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União (“DOU”) em 17 de dezembro de 2014; (ii) 19, de 5 de fevereiro de 2015, publicada no DOU em 6 de fevereiro de 2015; (iii) 661, de 16 de dezembro de 2014, publicada no DOU em 17 de dezembro de 2014, (em conjunto, “Portarias”, anexas à presente Escritura de Emissão como Anexo I).

## CLÁUSULA III

### OBJETO SOCIAL DA EMISSORA E CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

#### 3.1. Objeto Social da Emissora

pk

7

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000





10  
8

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: a geração, venda e qualquer outra forma de comercialização de energia elétrica através da exploração de centrais de produção de energia eólica, de qualquer tamanho e potência, podendo, para tanto praticar todos os atos necessários à realização das referidas atividades; a identificação, aquisição e/ou desenvolvimento de empreendimentos no setor elétrico e/ou negócios correlatos, bem como a participar em sociedades detentoras de (ou constituídas com o propósito de administrar) empreendimentos e/ou negócios correlatos do setor elétrico, e no capital de outras sociedades empresárias ou não, como sócia, acionista ou quotista, no Brasil.

### 3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Escritura de Emissão constitui a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

### 3.3. Data de Emissão

3.3.1. Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures é o dia 15 de outubro de 2015 ("Data de Emissão").

### 3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

### 3.5. Valor Total da Emissão

3.5.1. O valor total da Emissão é de R\$ 33.500.000,00 (trinta e três milhões e quinhentos mil reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão").

### 3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, em regime de melhores esforços de colocação, com a intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de instituição financeira intermediária líder da Oferta Restrita ("Coordenador Líder"), nos termos do "Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, em Regime de Melhores Esforços de Colocação das Debêntures da 2ª (segunda) Emissão das Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"). Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures.

10  
8  
X

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



3.6.2. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador poderá acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476, sendo certo que fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites acima.

3.6.3. Nos termos da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada inclusive pela Instrução da CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014 ("Instrução CVM nº 539" e "Instrução CVM nº 554", respectivamente), e para fins da Oferta Restrita, serão considerados:

- (a) "Investidores Profissionais": (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM nº 539; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes; e
- (b) "Investidores Qualificados": (i) Investidores Profissionais; (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução CVM nº 539; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados.

3.6.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando, nos termos do artigo 7º da Instrução CVM 476, a respectiva condição de Investidor Profissional e de que está ciente e declara, entre



3483994

outros, que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias (conforme definido na Cláusula 4.15.2 abaixo).

- 3.6.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador aos Investidores Profissionais interessados em adquirir as Debêntures.
- 3.6.6. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelas atuais acionistas da Emissora.
- 3.6.7. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP e com o plano de distribuição descrito no Contrato de Distribuição e nesta Escritura de Emissão.

### 3.7. Banco Liquidante e Escriturador

- 3.7.1. O banco liquidante da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, bairro Parque Jabaquara, CEP 04344-902, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante"), e o escriturador das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3500, 3º andar, Parte, bairro Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador"). O Escriturador será responsável por realizar e escrituração das Debêntures entre outras responsabilidades definidas nas normas editadas pela CETIP. O Banco Liquidante e o Escriturador poderão ser substituídos a qualquer tempo, mediante aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula VIII abaixo.

### 3.8. Destinação dos Recursos

- 3.8.1. Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, do Decreto Presidencial nº 7.603, de 09 de novembro de 2011, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011, os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão utilizados exclusivamente para pagamentos futuros ou reembolso de gastos relacionados à implantação dos três parques eólicos das Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A., quais sejam Eólica Caetité A, Eólica Caetité B e Eólica Caetité C, e que formam o "Complexo Eólico Caetité", conforme abaixo detalhado:



3483995

13  
09

<b>Objetivo do Projeto</b>	Implantação do Complexo Eólico Caetité, composto por três parques eólicos com capacidade instalada total de 54,4 MW, localizados no município de Caetité no Estado da Bahia, quais sejam: Eólica Caetité A, Eólica Caetité B e Eólica Caetité C ("Projeto").
<b>Data de início do Projeto</b>	A operação comercial do Projeto foi autorizada no dia 9 de setembro de 2015.
<b>Fase atual do Projeto</b>	Em operação comercial.
<b>Volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto</b>	Os custos totais de investimento no Projeto estão estimados em aproximadamente R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).
<b>Valor das Debêntures que será destinado ao Projeto</b>	R\$ 33.500.000,00 (trinta e três milhões e quinhentos mil reais).
<b>Alocação dos recursos a serem captados por meio das Debêntures</b>	Os recursos a serem captados pelas Debêntures deverão ser utilizados para pagamento futuro e/ou o reembolso dos custos de implantação do Projeto.
<b>Percentual dos recursos financeiros necessários ao projeto provenientes das Debêntures</b>	As Debêntures representam aproximadamente 12% (doze por cento) dos usos totais estimados do Projeto.

- 3.8.2. Observado o disposto no artigo 2º, parágrafo 1º-B, da Lei 12.431, os recursos captados pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão transferidos às SPEs, nas mesmas condições ou em condições menos onerosas do que as da presente Emissão, para a consequente realização do Projeto.

#### CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

##### 4.1. Características Básicas

- 4.1.1. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

11

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória.

4.1.4. **Prazo e Forma de Subscrição e Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, durante o prazo de colocação das Debêntures na forma dos artigos 7-A e 8º da ICVM 476/09, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, pelo seu Valor Nominal Atualizado (conforme definido abaixo) acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme definido abaixo), calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização ("Data de Integralização").

4.1.5. **Prazo e Data de Vencimento:** Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, ocasiões em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo saldo remanescente de seu respectivo Valor Nominal Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios, e em observância à regulamentação aplicável, inclusive o artigo 1º da Resolução 3.947 do CMN, as Debêntures terão prazo de vigência até 15 de dezembro de 2028 ("Data de Vencimento das Debêntures").

4.1.6. **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 33.500 (trinta e três mil e quinhentas) Debêntures.

#### 4.2. Atualização Monetária e Juros Remuneratórios

As Debêntures serão atualizadas monetariamente e farão jus a juros remuneratórios conforme o disposto a seguir:

##### 4.2.1. Atualização Monetária das Debêntures:

4.2.1.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado ("IPCA"), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou, se for o caso, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Valor Nominal Atualizado"), calculado de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a seguinte fórmula:



3483997

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (valor nominal remanescente após amortização de principal, incorporação e atualização monetária a cada período), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = Fator acumulado das variações mensais do índice utilizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices utilizados na Atualização Monetária das Debêntures, sendo "n" um número inteiro;

dup = número de Dias Úteis entre Data de Emissão ou a última Data de Aniversário (conforme abaixo definido) das Debêntures e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do índice utilizado, sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis entre a última e a próxima Data de Aniversário das Debêntures, sendo "dut" um número inteiro;

NI<sub>k</sub> = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria Data de Aniversário das Debêntures. Após a Data de Aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

NI<sub>k-1</sub> = valor do número-índice do mês anterior ao mês "k".

O fator resultante da expressão abaixo descrita é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento:

$$\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$$



3483998

16  
0

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Considera-se “Data de Aniversário” todo dia 15 de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente.

Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures.

Se até a Data de Aniversário das Debêntures o NIK não houver sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a NIK na apuração do Fator “C” um número- índice projetado calculado com base na última projeção disponível divulgada pela ANBIMA (“Número Índice Projetado” e “Projeção”, respectivamente) da variação percentual do IPCA, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

Onde:

NI<sub>kp</sub> = Número Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento;

Projeção = variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização;

O Número Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número- índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e

O número índice do IPCA, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico o número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

- 4.2.1.2. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de sua extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial (“Período de Ausência do IPCA”), o IPCA deverá ser substituído pelo devido

Handwritten signatures and initials.



substituto legal ou, no caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis a contar do Período de Ausência do IPCA, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, observados a boa-fé, a regulamentação aplicável e os requisitos da Lei 12.431, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma variação produzida pelo último IPCA divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

4.2.1.3. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Emissora referida na Cláusula anterior, a respectiva Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada e o IPCA, a partir do retorno de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária desde o dia de sua indisponibilidade, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas.

4.2.1.4. Caso a Taxa Substitutiva venha a acarretar a perda do benefício gerado pelo tratamento tributário previsto na Lei 12.431 ou caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre os Debenturistas e a Emissora, em deliberação realizada em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o quórum estabelecido na Cláusula 8.4.1 adiante, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável, a totalidade das Debêntures deverá ser resgatada antecipadamente e, conseqüentemente, cancelada pela Emissora, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo Valor Nominal Atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão, da Data de Incorporação ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme definido abaixo) imediatamente anterior. Nesta alternativa, para cálculo da Atualização Monetária será utilizada para cálculo do fator "C" a última projeção disponível divulgada pela ANBIMA da variação percentual do IPCA.

4.2.1.5. Caso o IPCA volte a ser divulgado ou caso venha a ser estabelecido um substituto legal para o IPCA mesmo após a determinação da Taxa Substitutiva, o IPCA voltará, desde o dia de sua divulgação, ou, conforme o caso, o seu substituto legal passará, desde a data em que passe a vigor, a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária, incidindo retroativamente à Data de Aniversário, conforme definida na Cláusula 4.2.1.1 acima, do mês imediatamente anterior à sua divulgação, sendo, portanto, dispensada a realização da Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre este assunto.





18  
d

#### 4.2.2. Juros Remuneratórios das Debêntures:

4.2.2.1. Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão juros remuneratórios de 9,3128% (nove inteiros e três mil, cento e vinte e oito décimos de milésimos por cento), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Juros Remuneratórios"), correspondentes à soma exponencial: (i) do percentual correspondente à média aritmética da taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais, com vencimento em 2022 ("Tesouro IPCA + 2022"), verificada no dia 15 de outubro de 2015, conforme as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA em sua página na internet (<http://www.anbima.com.br>) e (ii) de uma sobretaxa de 1,80% (um inteiro e oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

4.2.2.2 Os Juros Remuneratórios serão incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado, a partir da Data de Emissão, da Data de Incorporação (conforme abaixo definido) imediatamente anterior ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, e incorporados ou pagos, conforme aplicável, ao final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado em regime de capitalização composta *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNa \times (Fator Juros - 1)$$

Onde:

J = valor unitário dos Juros Remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;


Fator Juros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator Juros = \left[ \left( 1 + \frac{Taxa}{100} \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

Onde:

Taxa = 9,3128%, informada com 4 (quatro) casas decimais, a ser apurada na forma da Cláusula 4.2.2.1;

16

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



3484001

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão, a Data de Incorporação ou o Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

#### 4.2.3. Período de Capitalização; Capitalização de Juros Remuneratórios:

4.2.3.1. Define-se "Período de Capitalização" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Incorporação imediatamente anterior ou na Data de Pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Incorporação ou na Data de Pagamento de Juros Remuneratórios correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures.

4.2.3.2. Os Juros Remuneratórios serão apurados semestralmente, sempre, no dia 15 (quinze) dos meses de junho e dezembro e, sendo certo que (i) os Juros Remuneratórios calculados no período compreendido entre a Data de Emissão e o dia 15 de junho de 2016 serão capitalizados e incorporados ao Valor Nominal Atualizado, em 15 de junho de 2016; (ii) o primeiro pagamento de Juros Remuneratórios será realizado em 15 de dezembro de 2016 (data do primeiro pagamento); e (iii) os demais pagamentos de Juros Remuneratórios ocorrerão sucessivamente, nas mesmas datas de pagamento das parcelas de amortização, conforme previstas na Cláusula 4.3.1 abaixo, sendo o último pagamento realizado na Data de Vencimento das Debêntures (cada uma dessas datas uma "Data de Incorporação" ou "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios", conforme aplicável). Farão jus ao recebimento dos Juros Remuneratórios aqueles que forem titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à Data de Pagamento de Juros Remuneratórios.

#### 4.3. Amortização do Valor Nominal Atualizado

4.3.1. O Valor Nominal Atualizado das Debêntures será amortizado em 25 (vinte e cinco) parcelas semestrais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, conforme cronograma descrito na 1ª coluna da tabela a seguir ("Datas de Amortização das Debêntures") e percentuais dispostos na 2ª (segunda) coluna da tabela a seguir ("Percentual do Valor Nominal Atualizado a ser Amortizado"), sendo os percentuais descritos na 3ª (terceira) coluna da tabela a seguir ("Proporção do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado") meramente referenciais, calculados de acordo com a proporção do Valor Nominal Unitário, na Data de Emissão, a ser amortizado na respectiva data de amortização, conforme descrito na 2ª (segunda) coluna:

Data de Amortização	Percentual do Valor	Proporção do Valor
---------------------	---------------------	--------------------

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



3484002

	Nominal Atualizado a ser amortizado*	Nominal Unitário a ser Amortizado**
15 de dezembro de 2016	9,50%	9.50%
15 de junho de 2017	4,42%	4.00%
15 de dezembro de 2017	0,58%	0.50%
15 de junho de 2018	0,58%	0.50%
15 de dezembro de 2018	0,58%	0.50%
15 de junho de 2019	0,29%	0.25%
15 de dezembro de 2019	0,29%	0.25%
15 de junho de 2020	0,89%	0.75%
15 de dezembro de 2020	0,90%	0.75%
15 de junho de 2021	3,92%	3.25%
15 de dezembro de 2021	4,08%	3.25%
15 de junho de 2022	4,58%	3.50%
15 de dezembro de 2022	4,79%	3.50%
15 de junho de 2023	5,04%	3.50%
15 de dezembro de 2023	4,92%	3.25%
15 de junho de 2024	4,78%	3.00%
15 de dezembro de 2024	5,02%	3.00%
15 de junho de 2025	11,01%	6.25%
15 de dezembro de 2025	12,38%	6.25%
15 de junho de 2026	15,25%	6.75%
15 de dezembro de 2026	18,00%	6.75%
15 de junho de 2027	22,76%	7.00%
15 de dezembro de 2027	29,47%	7.00%
15 de junho de 2028	47,76%	8.00%
15 de dezembro de 2028	Saldo do Valor Nominal Atualizado	8.75%

\* Percentuais destinados ao cálculo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures a ser informado com 4 (quatro) casas decimais.

\*\* Percentuais destinados a fins meramente referenciais.

#### 4.4. Local de Pagamento

4.4.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (b) os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante, para as Debêntures que eventualmente não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

#### 4.5. Prorrogação dos Prazos



3484003

- 4.5.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, quando a data de tais pagamentos coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

#### 4.6. Encargos Moratórios

- 4.6.1. Sem prejuízo da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso ou notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a: (a) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido calculados *pro rata temporis*; e (b) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago ("Encargos Moratórios").

#### 4.7. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

- 4.7.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Atualização Monetária, Juros Remuneratórios ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### 4.8. Repactuação

- 4.8.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

#### 4.9. Amortização Extraordinária

- 4.9.1. As Debêntures não estarão sujeitas a amortização extraordinária pela Emissora.

#### 4.10. Resgate Antecipado Facultativo

- 4.10.1. As Debêntures não estarão sujeitas à oferta de resgate antecipado ou ao resgate antecipado facultativo pela Emissora, total ou parcial.

#### 4.11. Aquisição Facultativa

19



22  
C

4.11.1. Após decorridos 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, observado o disposto na Lei 12.431, as Debêntures poderão ser adquiridas pela Emissora, no mercado secundário, a qualquer momento, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures que venham a ser adquiridas nos termos desta Cláusula poderão: (i) ser canceladas, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável, observado que, até a presente data, o CMN ainda não emitiu regras relativas à possibilidade de resgate ou pré-pagamento das Debêntures; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos valores de Atualização Monetária e Juros Remuneratórios das demais Debêntures. Na hipótese de cancelamento das Debêntures, esta Escritura de Emissão deverá ser aditada para refletir tal cancelamento.

#### 4.12. Publicidade


4.12.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, nos Jornais de Publicação ou outro jornal que venha a ser designado para tanto pela assembleia geral de acionistas da Emissora, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

#### 4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.13.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, onde serão inscritos os nomes dos respectivos titulares das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato emitido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

#### 4.14. Tratamento Tributário

20

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



23  
a

4.14.1. As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto nos artigos 1º e 2º da Lei n.º 12.431.

4.14.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, diferente daquelas previstas na Lei 12.431, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao seu custodiante, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos, nos termos da legislação tributária em vigor e da Lei 12.431.

4.14.3. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.14.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e ao Escriturador, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, pelo Escriturador ou pela Emissora.

4.14.4. Caso a Emissora não utilize os recursos na forma prevista na Cláusula 3.8 acima, dando causa ao seu desenquadramento da Lei 12.431, esta será responsável pelo pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Emissão não alocado no Projeto, observado os termos do artigo 2º parágrafos 5º, 6º e 7º da Lei 12.431.

4.14.5. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.14.4 acima, caso, a qualquer momento durante a vigência da presente Emissão e até a Data de Vencimento: (i) as Debêntures deixem de gozar do tratamento tributário previsto na Lei 12.431 ou (ii) haja qualquer retenção de tributos sobre os rendimentos das Debêntures em razão do não atendimento, pela Emissora, dos requisitos estabelecidos na referida Lei, a Emissora desde já se obriga a, em qualquer das hipóteses (i) ou (ii) acima, arcar com todos os tributos que venham a ser devidos pelos Debenturistas, bem como com qualquer multa a ser paga nos termos da Lei 12.431, de modo que a Emissora deverá acrescer a esses pagamentos valores adicionais suficientes para que os Debenturistas recebam tais pagamentos como se os referidos valores não fossem incidentes.

#### 4.15. Garantias Reais

4.15.1. Em até 180 (cento e oitenta) dias contados da Data de Integralização, os Contratos de Garantia abaixo descritos serão celebrados e registrados nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos ou de Registro de Imóveis, conforme indicado nos respectivos

Handwritten signatures and initials on the right margin.



instrumentos ("Garantias Reais"), para assegurar, na forma compartilhada descrita na Cláusula 4.19 abaixo, o fiel, pontual e integral pagamento do Valor Total da Emissão, na Data de Emissão, devido nos termos desta Escritura de Emissão, acrescido da Atualização Monetária, dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais e extrajudiciais comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário ou Debenturista na constituição, formalização, excussão e/ou execução das garantias previstas na presente Escritura de Emissão ("Valor Garantido");

- (i) penhor de todas as ações, representativas do capital social das SPEs, de propriedade da Emissora, incluindo todos os frutos, lucros, rendimentos, bonificações, juros, distribuições e demais direitos, inclusive dividendos, em dinheiro ou mediante distribuição de novas ações e direitos de subscrição, que venham a ser apurados, declarados e ainda não pagos, creditados ou pagos pelas SPEs, bem como de quaisquer outras ações representativas do capital social das SPEs, ordinárias ou preferenciais, com ou sem direito de voto, e ainda quaisquer outros direitos, tais como direitos de subscrição, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, vinculados ao capital social das SPEs, bem como quaisquer direitos de preferência, opções ou outros direitos sobre os mencionados títulos, que venham a ser subscritos, adquiridos ou de qualquer modo detidos pela Emissora no futuro ("Contrato de Penhor de Ações das SPEs");
- (ii) penhor de todas as ações, representativas do capital social da Emissora, de propriedade da Lagoa, incluindo todos os frutos, lucros, rendimentos, bonificações, juros, distribuições e demais direitos, inclusive dividendos, em dinheiro ou mediante distribuição de novas ações e direitos de subscrição, que venham a ser apurados, declarados e ainda não pagos, creditados ou pagos pela Emissora, bem como de quaisquer outras ações representativas do capital social da Emissora, ordinárias ou preferenciais, com ou sem direito de voto, e ainda quaisquer outros direitos, tais como direitos de subscrição, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, vinculados ao capital social da Emissora, bem como quaisquer direitos de preferência, opções ou outros direitos sobre os mencionados títulos, que venham a ser subscritos, adquiridos ou de qualquer modo detidos pela Lagoa no futuro ("Contrato de Penhor de Ações da Emissora");
- (iii) penhor de todas as ações, representativas do capital social da Lagoa, de propriedade do FIP, incluindo todos os frutos, lucros, rendimentos, bonificações, juros, distribuições e demais direitos, inclusive dividendos, em



3484007

25  
0

dinheiro ou mediante distribuição de novas ações e direitos de subscrição, que venham a ser apurados, declarados e ainda não pagos, creditados ou pagos pela Lagoa, bem como de quaisquer outras ações representativas do capital social da Lagoa, ordinárias ou preferenciais, com ou sem direito de voto, e ainda quaisquer outros direitos, tais como direitos de subscrição, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, vinculados ao capital social da Lagoa, bem como quaisquer direitos de preferência, opções ou outros direitos sobre os mencionados títulos, que venham a ser subscritos, adquiridos ou de qualquer modo detidos pelo FIP no futuro ("Contrato de Penhor de Ações da Lagoa");

- (iv) penhor pelas SPEs (1) dos direitos emergentes das autorizações expedidas pelo MME, quais sejam: (a) autorização concedida à SPE I por meio da Portaria n.º 60, de 17 de fevereiro de 2014, (b) autorização concedida à SPE II por meio da Portaria n.º 58 de 17 de fevereiro de 2014; (c) autorização concedida à SPE III por meio da Portaria n.º 224 de 28 de maio de 2014 (em conjunto, "Autorizações"), bem como sobre os direitos emergentes de eventuais Resoluções e/ou Despachos da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") que venham a ser emitidos para qualquer das SPEs, incluídas as suas subseqüentes alterações; (2) dos direitos emergentes (a) de cada um dos 3 (três) *Contract for the Sale of Power Generation Equipment and Related Services Including Transportation and Erection*, celebrados em 27 de junho de 2014, conforme aditados, cada um dos acima citados celebrados entre a General Electric Energy do Brasil – Equipamentos e Serviços de Energia Ltda. e cada uma das SPEs ("Contratos para a Venda de Equipamentos"); e (b) de cada um dos 3 (três) *Operations Support Agreement*, celebrados em 24 de novembro de 2014, cada um dos acima citados celebrados entre a General Electric Energy do Brasil – Equipamentos e Serviços de Energia Ltda. e cada uma das SPEs ("Contratos de O&M"); e (3) dos aerogeradores do Projeto; tudo por meio de um contrato de penhor de máquinas e equipamentos, de direitos emergentes ("Contrato de Penhor Conjunto de Máquinas, Equipamentos e Direitos Emergentes");
- (v) cessão fiduciária, nos termos do parágrafo 3º do artigo 66-B da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, (a) da totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica produzida pelas centrais eólicas geradoras integrantes do Projeto que formam o Complexo Eólico Caetité, incluindo os direitos de crédito decorrentes dos "Contratos de Energia de Reserva", celebrados pela SPE I e pela SPE II com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CERs") e dos "Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado", celebrados pela SPE III com distribuidoras de energia ("CCEARs"), e (b) dos recursos depositados nas Contas Centralizadoras, nas Contas Reserva do Serviço da Dívida do BNDES, nas Contas Reserva de O&M, conforme

23





3484008

26  
C

previstas na Cláusula 4.18 abaixo, em ambos os casos, conforme termos previstos em contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios das SPEs, administração de contas e outras avenças, a ser celebrado entre as SPEs, o Agente Fiduciário, o BNDES e o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco administrador ("Banco Administrador") e, ainda, com a interveniência anuência da Emissora ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios SPEs"); e

- (vi) cessão fiduciária, nos termos do parágrafo 3º do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, dos recursos depositados nas Contas Centralizadoras, na Conta Pagamento das Debêntures, na Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures e na Conta Reserva Especial, conforme previstas na Cláusula 4.18 abaixo, e conforme termos previstos em contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios titulados pela Emissora, administração de contas e outras avenças, a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, o BNDES e o Banco Administrador e, ainda, com a interveniência anuência das SPEs ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Holding", em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios SPEs, o Contrato de Penhor de Ações das SPEs, o Contrato de Penhor de Ações da Lagoa, o Contrato de Penhor de Ações da Emissora e o Contrato de Penhor Conjunto de Máquinas, Equipamentos e Direitos Emergentes, doravante denominados os "Contratos de Garantia");

4.15.2. Sem prejuízo de eventuais novos poderes que venham a ser outorgados ao Agente Fiduciário por meio dos Contratos de Garantia, a Emissora, as SPEs e as Acionistas nomeiam, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 684 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), o Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, como seu procurador, até o final do cumprimento das obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, com plenos poderes especiais para, na ocorrência de inadimplemento das obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, em nome da Emissora, das SPEs e dos Acionistas e nos termos desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e das Fianças Bancárias (conforme definido abaixo): (i) praticar todos os atos necessários e firmar qualquer instrumento perante qualquer autoridade governamental e quaisquer documentos necessários ou recomendáveis para o cumprimento das obrigações, principais e acessórias, decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão e a excussão das Garantias (conforme definido abaixo), incluindo todas as faculdades previstas na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada; e/ou (ii) alienar os ativos empenhados e/ou cedidos fiduciariamente nos termos dos Contratos de Garantia, no todo ou em parte, por meio de venda amigável, podendo, para tanto, contratar empresa especializada, obedecida a legislação aplicável, e utilizar o produto da alienação no pagamento das obrigações, principais e acessórias, decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, inclusive qualquer pagamento a título de amortização do respectivo valor nominal,

24

24

Atualização Monetária, Juros Remuneratórios e Encargos Moratórios, conforme aplicável, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais incorridas pelo Agente Fiduciário ou Debenturista na execução e/ou (iii) excussão das obrigações e das garantias previstas nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e na Fiança Bancária, assim como tomar qualquer providência e firmar quaisquer instrumentos necessários à transferência definitiva dos ativos empenhados e/ou cedidos fiduciariamente nos termos dos Contratos de Garantia, podendo inclusive dar e receber quitação. O Agente Fiduciário, na qualidade de outorgado, poderá substabelecer, no todo ou em parte, com reserva de iguais, os poderes ora conferidos.

- 4.15.3. A Emissora obriga-se a comprovar ao Agente Fiduciário a ciência, conforme o caso, (i) da ANEEL/MME, (ii) da General Electric Energy do Brasil - Equipamentos e Serviços de Energia Ltda., (iii) da CCEE e (iii) dos demais devedores dos direitos empenhados e dos direitos creditórios cedidos, conforme aplicável, a respeito dos penhores mencionados na Cláusula 4.15.1, item (iv), acima e da cessão fiduciária mencionada na Cláusula 4.15.1, itens (v) e (vi) acima, conforme o caso, mediante notificação a ser efetuada nos termos e prazos dos Contrato de Penhor Conjunto de Máquinas, Equipamentos e Direitos Emergentes, do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das SPEs e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Holding.
- 4.15.4. A Emissora e as SPEs obrigam-se, ainda, a providenciar a averbação do respectivo penhor das ações descritas na Cláusula 4.15.1 (i), (ii) e (iii) acima nos respectivos "Livros de Registro de Ações Nominativas" da Emissora, da Lagoa e das SPEs, e/ou nos livros e sistemas da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora, da Lagoa e das SPEs, conforme o caso, devendo ser anotados no extrato da conta de depósito fornecido às acionistas, nos termos do artigo 39 da Lei das Sociedades por Ações, em até 5 (cinco) dias contados da data de assinatura do Contrato de Penhor de Ações da Emissora, do Contrato de Penhor de Ações da Lagoa e do Contrato de Penhor de Ações das SPEs, respectivamente. Ainda, após as referidas averbações, a Emissora, a Lagoa e as SPEs deverão encaminhar ao Agente Fiduciário, cópias autenticadas integrais dos "Livros de Registro de Ações Nominativas" da Emissora, da Lagoa e das SPEs e/ou declaração expedida pela instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora, da Lagoa e das SPEs, conforme o caso, evidenciando a anotação referida nesta Cláusula, em até 5 (cinco) dias após as respectivas averbações, nos termos das Cláusulas 2.5.3 e 2.5.3.1 acima.
- 4.15.5. O Agente Fiduciário deverá verificar a regularidade da constituição das Garantias (conforme definidas abaixo), incluindo os devidos registros e averbações nos



3484010

28  
A

competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos ou de Registro de Imóveis e nos respectivos "Livros de Registro de Ações Nominativas" e/ou livros e sistemas da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração de ações, conforme o caso, nos termos previstos na presente Escritura de Emissão e nos referidos Contratos de Garantia, e a comprovação da ciência por parte dos devedores dos direitos empenhados e dos direitos cedidos fiduciariamente, conforme o caso, nos termos informados na Cláusula 4.15.3 acima. Para tanto, a Emissora entregará ao Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 2.5 acima: (i) 1 (uma) via original dos Contratos de Garantia, desta Escritura de Emissão e das Fianças Bancárias devidamente registrados; (ii) cópia autenticada integral dos Livros de Registro de Ações Nominativas da Emissora, da Lagoa e das SPEs, e/ou declaração expedida pela instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora, da Lagoa e das SPEs, conforme o caso, evidenciando a anotação referida na Cláusula 4.15.4 acima; e (iii) a comprovação da ciência por parte dos devedores dos direitos empenhados e dos direitos cedidos fiduciariamente, conforme o caso, nos termos informados na Cláusula 4.15.3 acima.

- 4.15.6. Todas as despesas com o registro dos Contratos de Garantia, conforme previsto nos respectivos instrumentos, serão de responsabilidade da Emissora.
- 4.15.7. Fica, desde já, certo e ajustado que a inobservância dos prazos para execução de quaisquer Garantias Reais constituídas em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.
- 4.15.8. Observado o disposto no Contrato de Compartilhamento de Garantias, nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas poderão executar as Garantias Reais, simultaneamente ou em qualquer ordem, sem que com isso prejudique qualquer direito ou possibilidade de exercê-lo no futuro, até a quitação integral do Valor Garantido.
- 4.15.9. As Garantias Reais referidas acima serão outorgadas em caráter irrevogável e irretratável pela Emissora, pelas Acionistas e pelas SPEs, vigendo até a integral liquidação do Valor Garantido, nos termos dos Contratos de Garantia, da presente Escritura de Emissão e demais instrumentos jurídicos competentes à formalização das Garantias Reais, a serem firmados entre Emissora, SPEs, Acionistas, Agente Fiduciário, BNDES e demais partes de referidos instrumentos, conforme aplicável.

#### **4.16. Convolção em Debêntures da Espécie com Garantia Real**

- 4.16.1. Uma vez verificada a constituição das Garantias Reais, nos termos da Cláusula 4.15.5 acima, as Debêntures deixarão de ser da espécie quirografária, com garantia adicional

26

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



3484011

fidejussória, e passarão a ser da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória.

- 4.16.2. As Partes ficam desde logo autorizadas a celebrar aditamento a esta Escritura de Emissão, nos termos do Anexo II, para formalizar a convolação da espécie das Debêntures de quirografárias, com garantia adicional fidejussória, para com garantia real, com garantia adicional fidejussória, mediante a constituição das Garantias Reais nos termos da Cláusula 4.15 acima. Fica desde já estabelecido que não será necessária a realização de Assembleia Geral de Acionistas da Emissora ou de Assembleia Geral de Debenturistas para aprovação do respectivo aditamento, cuja celebração deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias contados da verificação da regularidade da constituição das Garantias, conforme Cláusula 4.15.5 acima. O aditamento referido nesta Cláusula deverá ser levado a registro na JUCERJA, conforme disposto na Cláusula 2.3.1 acima, bem como nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme disposto na Cláusula 2.5.1 acima, observado que uma cópia do referido aditamento deverá ser entregue à CETIP e uma via original ao Agente Fiduciário, pela Emissora, em até 5 (cinco) dias após seu registro perante a JUCERJA e Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes.

#### 4.17. Garantias Fidejussórias

- 4.17.1. **Fianças das SPEs.** As SPEs aceitam a presente Escritura de Emissão, na qualidade de fiadoras e principais pagadoras, renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 333, parágrafo único, 366, 368, 821, 824, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil, e dos artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil Brasileiro (conforme definido abaixo), e responsabilizando-se solidariamente entre si e com a Emissora, pelo fiel, pontual e integral pagamento do Valor Garantido ("Fianças").

- 4.17.1.1. As SPEs se obrigam a, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, pagar o Valor Garantido no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado a partir do recebimento de comunicação com aviso de recebimento enviada pelo Agente Fiduciário informando da falta de pagamento de qualquer das obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão.

- 4.17.1.2. Todos e quaisquer pagamentos realizados pelas SPEs em relação às Fianças serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo as SPEs pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam,



3484012

30  
0

após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais deduções, recolhimentos ou pagamentos não fossem aplicáveis.

4.17.1.3. As Fianças aqui referidas são prestadas pelas SPEs em caráter irrevogável e irretratável até a liquidação integral do Valor Garantido.

4.17.1.4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelas SPEs com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.17.1.5. As Fianças poderão ser excutidas e exigidas pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação do Valor Garantido.

4.17.1.6. As Fianças permanecerão válidas e plenamente eficazes, em caso de aditamentos, alterações e quaisquer outras modificações nos Contratos de Garantia, nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Oferta Restrita.

4.17.1.7. As despesas com o registro desta Escritura de Emissão nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos serão de responsabilidade da Emissora.

4.17.2. **Fianças Bancárias.** Sem prejuízo das demais garantias constituídas ou a serem constituídas no âmbito da Emissão em favor dos Debenturistas, conforme previsto acima, a Emissora contratará, como condição prévia à subscrição e integralização das Debêntures, fianças bancárias em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, junto a instituições financeiras que possuam *rating* mínimo de BBB em escala global ou AA em escala local pela Standard & Poor's ou pela Fitch Ratings, ou o seu equivalente pela Moody's ("Fianças Bancárias" e, em conjunto com as Fianças e as Garantias Reais, "Garantias"), para o fim de, nos termos da Cláusula 4.17.2.1 abaixo, garantirem o pontual e integral pagamento do montante equivalente ao Valor Total da Emissão, na Data de Emissão, devido nos termos desta Escritura de Emissão, acrescido da Atualização Monetária, dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário ou Debenturista na execução das Fianças Bancárias ("Obrigações Afiançadas").

4.17.2.1. As Fianças Bancárias serão firmadas por meio de uma ou mais cartas de fiança, nos termos constantes do Anexo III a esta Escritura de Emissão, que deverão, somados os percentuais das Obrigações Afiançadas garantidos em cada carta de fiança, garantir o percentual de 100% (cem por cento) das Obrigações Afiançadas, devendo as instituições financeiras prestadoras das Fianças Bancárias se responsabilizarem na qualidade de devedoras solidárias e principais pagadoras, respeitados os limites

28



3484013

indicados nas respectivas cartas de fiança, com renúncia aos benefícios dos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil, pelo fiel, exato e integral cumprimento das Obrigações Afiançadas.

4.17.2.2. As Fianças Bancárias deverão ser reduzidas ao equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor integral das Obrigações Afiançadas caso a Emissora comprove a ocorrência do *Completion* Físico, nos termos das Cláusulas 4.17.2.4 e 4.20 abaixo.

4.17.2.3. As Fianças Bancárias deverão ser emitidas com validade mínima de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua emissão, devendo ser renovadas ou substituídas, por igual período, observado os percentuais informados nas Cláusulas 4.17.2.1 e 4.17.2.2, de acordo com o estágio do Projeto, e nos termos da Cláusula 4.17.2.6 abaixo, de forma que as Fianças Bancárias sempre estejam em vigor até a ocorrência do primeiro dos seguintes eventos: (i) a quitação integral das Debêntures ou até (ii) a comprovação, pela Emissora, da ocorrência do *Completion* Financeiro, nos termos da Cláusula 4.17.2.4 e 4.20 abaixo.

4.17.2.4. A comprovação do cumprimento do *Completion* Físico ou Financeiro para os fins das Cláusulas 4.17.2.2. e 4.17.2.3 e da Cláusula 4.17.2.6 abaixo, se dará mediante o envio, pela Emissora ao Agente Fiduciário: (i) de cópia autenticada da carta emitida por escrito por parte do BNDES, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida carta pela Emissora, atestando a conclusão física ou financeira do Projeto, conforme o caso, nos termos dos Contratos de Financiamento com o BNDES (conforme abaixo definido), e (ii) declaração da Emissora, nos termos do Anexo IV à presente Escritura de Emissão: (ii.a) atestando o cumprimento das condições para o *Completion* Físico ou Financeiro, nos termos da Cláusula 4.20 abaixo; (ii.b) atestando a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento (conforme definido abaixo) e a inexistência de descumprimento de quaisquer obrigações perante os Debenturistas; e (ii.c) solicitando ao Agente Fiduciário a liberação parcial (no caso de *Completion* Físico) ou total (no caso de *Completion* Financeiro) das Fianças Bancárias, sendo certo que não será necessária a realização de Assembleia Geral de Debenturistas ou tampouco qualquer anuência de quaisquer detentores das Debêntures para formalizar a liberação parcial ou total das Fianças Bancárias, conforme o caso.

4.17.2.5. Em qualquer circunstância, o Agente Fiduciário somente deverá proceder com a liberação (total ou parcial) das Fianças Bancárias (i) caso não tenha conhecimento acerca da ocorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme definido abaixo) ou (ii) caso tenha notificado a Emissora previamente à liberação das Fianças Bancárias acerca da ocorrência de um Evento de Inadimplemento e este Evento de Inadimplemento já tenha sido resolvido nos termos desta Escritura de Emissão.

29



32  
a

4.17.2.6. Na hipótese de o *Completion* Financeiro e/ou a liquidação integral das Debêntures não ocorrer em até 60 (sessenta) dias antes da data de vencimento das Fianças Bancárias, a Emissora deverá renová-las ou substituí-las, por novas Fianças Bancárias em até 60 (sessenta) dias antes de sua data de vencimento, de maneira substancial com os mesmos termos e condições das Fianças Bancárias originalmente emitidas (ressalvada a redução do percentual prevista na Cláusula 4.17.2.2 acima), por um prazo adicional de 24 (vinte e quatro) meses, junto a quaisquer das instituições financeiras que possuam *rating* mínimo de BBB em escala global ou AA em escala local pela Standard & Poor's ou pela Fitch Ratings, ou o seu equivalente pela Moody's. Referida renovação deverá ser feita quantas vezes necessário, sempre em até 60 (sessenta) dias antes da data de vencimento das Fianças Bancárias, para que as Debêntures permaneçam garantidas até que ocorra o *Completion* Financeiro ou a quitação integral das Debêntures, o que ocorrer primeiro e conforme aplicável.

4.17.2.7. Caberá ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, das Fianças Bancárias, quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação das Obrigações Afiançadas, em caso de inadimplemento de obrigações pecuniárias, vencimento antecipado das Debêntures, ou ainda, em caso de não quitação integral das Debêntures na Data de Vencimento das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

4.17.2.8. As Partes concordam, desde já, que todos e quaisquer custos incorridos na prestação das Fianças Bancárias em favor dos Debenturistas deverão ser arcados pela Emissora.


4.17.2.9. Não há preferência quanto à execução das Fianças Bancárias, das Fianças ou das Garantias Reais. As Fianças Bancárias, as Fianças e qualquer das Garantias Reais são garantias diversas e autônomas e respondem pelo Valor Garantido e/ou pelas Obrigações Afiançadas, conforme aplicável, nos termos desta Escritura de Emissão, das Fianças Bancárias e dos Contratos de Garantia.

#### 4.18. Administração de Contas

4.18.1. A Emissora e as SPEs obrigam-se a constituir e manter, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e do BNDES, por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Holding e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios SPEs, até a integral liquidação das Debêntures e dos Contratos de Financiamento com o BNDES:

- (i) contas centralizadoras de titularidade das SPEs, movimentáveis exclusivamente pelo Banco Administrador, constituídas exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos creditórios cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula 4.15.1 (v) ("Contas Centralizadoras");

30

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



3484015

33  
C

- (ii) conta vinculada de titularidade da Emissora, movimentável exclusivamente pelo Banco Administrador, na qual deverão ser depositados: (i) até 15 de junho de 2016, recursos suficientes para o pagamento da primeira prestação de amortização do Valor Nominal Atualizado e dos Juros Remuneratórios a que fazem jus os Debenturistas e, (ii) mensalmente, a partir de 15 de dezembro de 2016 e até o vencimento final das Debêntures, recursos em montante equivalente a 1/6 (um sexto) da próxima prestação de amortização do Valor Nominal Atualizado e dos Juros Remuneratórios, de modo a sempre garantir o pagamento da referida prestação. Para o preenchimento da referida conta utilizar-se-á a projeção do IPCA, correspondente à projeção média de mercado do IPCA divulgada no boletim "Focus" elaborado pelo Banco Central do Brasil no último Dia Útil do mês imediatamente anterior ao mês de cálculo ("Conta Pagamento das Debêntures");
- (iii) conta vinculada de titularidade da Emissora, movimentável exclusivamente pelo Banco Administrador, na qual deverão ser depositados recursos para garantir, sempre com no mínimo 6 (seis) meses de antecedência, o pagamento da próxima prestação de amortização do Valor Nominal Atualizado e dos Juros Remuneratórios a que fazem jus os Debenturistas. O saldo da respectiva conta deverá estar preenchido até 15 de dezembro de 2016, com recursos em montante suficiente para garantir o pagamento da prestação de amortização do Valor Nominal Atualizado e dos Juros Remuneratórios a que fazem jus os Debenturistas em 15 de junho de 2017, e assim sucessivamente com relação a cada prestação a que fazem jus os Debenturistas até o vencimento final das Debêntures. Para o preenchimento da referida conta utilizar-se-á a projeção do IPCA, correspondente à projeção média de mercado do IPCA divulgada no boletim "Focus" elaborado pelo Banco Central do Brasil no último Dia Útil do mês imediatamente anterior ao mês de cálculo ("Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures");
- (iv) contas vinculadas de titularidade das SPEs, movimentáveis exclusivamente pelo Banco Administrador, na qual deverão ser depositados recursos necessários para perfazer o saldo correspondente a 3 (três) vezes o valor da primeira prestação da amortização e dos acessórios da dívida decorrente de cada um dos 3 (três) Contratos de Financiamento com o BNDES, e, a partir daquela data, o valor correspondente a 3 (três) vezes o valor da última prestação vencida ("Contas Reservas do Serviço da Dívida BNDES");
- (v) contas vinculadas de titularidade das SPEs, movimentáveis exclusivamente pelo Banco Administrador, na qual deverão ser depositados recursos necessários para perfazer o montante equivalente à 1/4 (um quarto) do valor anual de pagamentos que incumba a cada uma das SPEs em decorrência dos Contratos de O&M, devendo referido saldo ser sempre atualizado para que a

31

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000





3484016

34  
a

cada 31 de dezembro corresponda a 1/4 (um quarto) do valor de pagamentos previstos para o ano subsequente ("Contas Reservas de O&M");

- (vi) conta vinculada de titularidade da Emissora, movimentável exclusivamente pelo Banco Administrador, na qual deverão ser depositados, na hipótese prevista na Cláusula 4.18.3 abaixo, recursos necessários para que o cálculo do índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") da Emissora, apurado anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas anuais da Emissora referentes ao ano civil anterior, conforme metodologia de cálculo constante do Anexo VI à presente Escritura de Emissão, e considerando a totalidade dos recursos mantidos na referida conta vinculada, atinja 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) ("Conta de Complementação do ICSD"); e
- (vii) conta vinculada de titularidade da Emissora, movimentável exclusivamente pelo Banco Administrador, na qual deverão ser depositados recursos necessários para perfazer a soma da última prestação vencida de cada um dos Contratos de Financiamento com o BNDES ("Conta Reserva Especial").

4.18.2. Poderão ser criadas e mantidas sob cessão fiduciária outras contas correntes diversas das especificadas na Cláusula 4.18.1 acima caso sejam necessárias para a operacionalização da cessão fiduciária mencionada na Cláusula 4.15.1 (v).

4.18.3. Caso, em cada uma das datas de apuração do ICSD da Emissora, não seja atingido o índice de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) (inclusive), mas o ICSD apurado seja superior a 1,10 (um inteiro e dez centésimos) (exclusive), a Emissora deverá depositar na Conta de Complementação do ICSD, na medida do necessário e considerando os recursos já depositados em tal Conta de Complementação do ICSD na data de apuração do ICSD, recursos necessários para que o cálculo do referido ICSD, considerando a totalidade dos recursos mantidos na Conta de Complementação do ICSD, atinja 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da referida data de apuração, nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Holding.

4.18.3.1 Caso a Emissora tenha depositado recursos na Conta de Complementação do ICSD, nos termos da Cláusula 4.18.3 acima e, na data de apuração do ICSD imediatamente subsequente, se verificar que o índice de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) foi atingido, sem considerar para tal cálculo os recursos mantidos na Conta de Complementação do ICSD, os recursos deverão ser liberados para a conta de livre movimentação da Emissora indicada no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Holding, desde que observados os termos e condições ali previstos.

32

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



35  
a

#### 4.19. Compartilhamento das Garantias

4.19.1. As Garantias Reais descritas na Cláusula 4.15.1 acima serão compartilhadas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão, na proporção do respectivo saldo devedor de cada credor, com as dívidas decorrentes (i) do “Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 15.2.0180.1”, celebrado em 1º de junho de 2015, entre a SPE I e o BNDES, na modalidade FINEM, cujos recursos serão destinados ao Projeto (“Contrato de Financiamento com o BNDES SPE I”); (ii) do “Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 15.2.0181.1”, celebrado em 1º de junho de 2015, entre a SPE II e o BNDES, na modalidade FINEM, cujos recursos serão destinados ao Projeto (“Contrato de Financiamento com o BNDES SPE II”); e (iii) do “Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 15.2.0182.1”, celebrado em 1º de junho de 2015, entre a SPE III e o BNDES, na modalidade FINEM, cujos recursos serão destinados ao Projeto (“Contrato de Financiamento com o BNDES SPE III” e, em conjunto com o Contrato de Financiamento com o BNDES SPE I e o Contrato de Financiamento com o BNDES SPE II, os “Contratos de Financiamento com o BNDES”), de acordo com o Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças a ser celebrado entre BNDES e o Agente Fiduciário (“Contrato de Compartilhamento de Garantias”).

#### 4.20. Fases do Projeto

4.20.1. Para fins e efeitos da presente Escritura de Emissão, as fases de *Completion* Físico e de *Completion* Financeiro do Projeto ocorrerão da seguinte forma:

- (I) entende-se por “*Completion* Físico” do Projeto a implantação do Complexo Eólico Caetité que ocorrerá com a apresentação cumulativa de:
- (a) despacho da Superintendência de Fiscalização de Geração da ANEEL autorizando a entrada em operação comercial de todas as unidades geradoras que formam o Complexo Eólico Caetité ou ato equivalente;
  - (b) licenças ambientais de operação do Complexo Eólico Caetité e do respectivo sistema de transmissão, expedidas em nome das SPEs pelo órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
  - (c) apresentação das apólices de seguro contratadas na forma da alínea (n) da Cláusula 6.2.1 abaixo, acompanhadas dos respectivos comprovantes de quitação do prêmio;
  - (d) comprovação de quitação integral de todas e quaisquer dívidas, mútuos, empréstimos, ações resgatáveis, financiamentos e/ou quaisquer outras formas de endividamento contraídas pelas SPEs junto a instituições financeiras, acionistas

Handwritten signatures and initials.



3484018

36  
a

e/ou empresas do mesmo grupo econômico, de curto ou longo prazo, exceto as dívidas perante o BNDES e os Debenturistas e a dívida contraída pelas SPEs junto à Emissora para adiantamento dos recursos da presente Emissão, inclusive por meio de emissão ações resgatáveis;

- (e) inexistência de ato administrativo ou judicial que impeça a conclusão ou continuidade do Projeto;
  - (f) comprovação da quitação do empréstimo-ponte obtido pela Emissora junto ao Banco Santander (Brasil) S/A, com a desconstituição do penhor de ações e de quaisquer outras garantias que tenham sido prestadas no âmbito do referido empréstimo-ponte, por meio de termo formal de quitação e liberação dos credores, e com lançamento nos Livros de Registro de Ações Nominativas da emissora das ações ou nos registros da instituição financeira incumbida de escriturar as ações empenhadas;
  - (g) inexistência de inadimplemento das SPEs, bem como das demais sociedades integrantes do seu grupo econômico, perante o BNDES, a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR e o BNDES PLC (em conjunto, “Sistema BNDES”);
  - (h) comprovação de aporte na Emissora, por meio de ações subscritas e integralizadas, da soma do valor de R\$ 114.558.000,00 (cento e quatorze milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil reais) com a diferença entre R\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais) e o valor captado pela Emissora por meio da presente Emissão;
  - (i) comprovação da constituição válida de todas as Garantias Reais e do seguro patrimonial mencionado na alínea (n) da Cláusula 6.2.1; e
- (II) o “Completion Financeiro” do Projeto ocorrerá por meio do cumprimento cumulativo das seguintes condições com relação às SPEs e/ou à Emissora:
- (a) atendimento do ICSD consolidado de, no mínimo, 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), apurado anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas anuais da Emissora referentes aos 12 (doze) meses anteriores, conforme metodologia de cálculo constante do Anexo V à presente Escritura de Emissão, e desde que verificado o pagamento de 12 (doze) prestações mensais de amortização dos Contratos de Financiamento com o BNDES, sendo certo que a Emissora poderá apurar, extraordinariamente, o ICSD no ano civil corrente à apuração unicamente para o atendimento ao disposto nesta alínea (a);

34

34

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



3484019

37  
u

- (b) comprovação de geração mínima líquida consolidada de todo o Complexo Eólico Caetité de 218,47 GWh (duzentos e dezoito Gigawatt-hora e quarenta e sete centésimos), referida no centro de gravidade;
- (c) preenchimento integral da Conta Pagamento das Debêntures, da Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES, da Conta Reserva de O&M, da Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures na forma do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Holding e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das SPEs;
- (d) inexistência de inadimplemento das SPEs ou das demais sociedades integrantes do seu grupo econômico perante o Sistema BNDES;
- (e) comprovação de utilização, pela SPE I, de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos referentes ao Subcrédito "C" do Contrato de Financiamento com o BNDES SPE I;
- (f) comprovação de que todas as SPEs aplicaram no Projeto, conforme Contratos de Financiamento com o BNDES, a totalidade dos recursos liberados no âmbito dos Contratos de Financiamento com o BNDES e do capital próprio;
- (g) comprovação da constituição e da validade de todas as Garantias; e
- (h) inexistência de ato administrativo ou judicial que impeça a conclusão ou continuidade do Projeto.

#### 4.21. Condições para Subscrição e Integralização das Debêntures

4.21.1. A Emissora obriga-se a providenciar e enviar ao Agente Fiduciário, previamente à Data de Integralização:

- (i) 1 (uma) via original da Escritura de Emissão devidamente inscrita na JUCERJA, nos termos da Cláusula 2.3.1 acima, e registrada nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, nos termos da Cláusula 2.5.1 acima;
- (ii) 1 (uma) via original das Fianças Bancárias devidamente registradas nos respectivos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, nos termos da Cláusula 2.5.4 acima; e
- (iii) 1 (uma) cópia digitalizada do relatório preliminar de classificação de risco (*rating*) das Debêntures por agência de classificação dentre Standard & Poor's, Fitch Ratings ou Moody's América Latina, observado o envio do relatório definitivo nos termos do item (j) da Cláusula 6.1.1 abaixo.

35

35

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



3484020

38  
A

## CLÁUSULA V VENCIMENTO ANTECIPADO

- 5.1. Observado o disposto nas Cláusulas 5.2 a 5.9 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidentes até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo ainda da busca de indenização por perdas e danos que compense integralmente o eventual dano causado pelo inadimplemento da Emissora, na ocorrência de quaisquer das situações previstas nesta Cláusula, respeitados os respectivos prazos de cura (cada um desses eventos, um “Evento de Inadimplemento”):
- (a) não pagamento, pela Emissora, nas datas de vencimento previstas nesta Escritura de Emissão, do Valor Nominal Atualizado, dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, sem que tal descumprimento seja sanado pela Emissora no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado do respectivo vencimento;
  - (b) extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, ou a decretação de falência da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs e/ou de quaisquer das Acionistas, bem como o requerimento de autofalência formulado pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs e/ou por quaisquer das Acionistas, ou de falência relativo à Emissora e/ou a quaisquer das SPEs e/ou a quaisquer das Acionistas formulado por terceiros que não tenha sido elidido no prazo legal, sendo certo que para as Acionistas as disposições desta alínea somente serão aplicáveis até a data do *Completion* Físico;
  - (c) declaração de vencimento antecipado de quaisquer dos Contratos de Financiamento com o BNDES ou de qualquer financiamento contratado pela Emissora com o BNDES ou suas subsidiárias;
  - (d) a transformação da Emissora ou das SPEs em outro tipo societário;
  - (e) não renovação das Fianças Bancárias até o 15º (décimo quinto) Dia Útil anterior ao término de sua vigência;
  - (f) não renovação, cancelamento, revogação ou extinção das Autorizações;
  - (g) suspensão das Autorizações;

36

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



3484021

- 39  
a
- (h) não renovação, não obtenção, cancelamento, revogação, intervenção, suspensão ou extinção de demais autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, necessárias para a construção, desenvolvimento e manutenção do Projeto (observado o respectivo estágio de implantação do Projeto);
- (i) alteração, não renovação, vencimento antecipado ou rescisão de quaisquer instrumentos relacionados ao Projeto, inclusive os CERs e CCEARs, conforme aplicável, os Contratos de O&M, os contratos de fornecimento de máquinas e equipamentos, inclusive os Contratos para a Venda de Equipamentos, e as apólices de seguro já firmadas e eventuais aditamentos, atualizações e novas apólices de seguro que venham a ser contratadas pela Emissora e/ou por qualquer das SPEs no âmbito do Projeto, desde que tal alteração, não renovação, vencimento antecipado ou rescisão possam causar um “Efeito Adverso Relevante”, definido como a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que afetem, de modo adverso e relevante (a) o Projeto, os negócios, as operações, as propriedades ou os resultados da Emissora e das SPEs, (b) a validade ou exequibilidade dos documentos relacionados às Debêntures, inclusive os Contratos de Garantia; ou (c) a capacidade da Emissora e/ou das SPEs, conforme aplicável, em cumprir pontualmente suas obrigações financeiras ou de implantação do Projeto aqui previstas;
- (j) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora ou por quaisquer das SPEs e/ou por quaisquer das Acionistas, conforme aplicável, sendo certo que para as Acionistas as disposições desta alínea somente serão aplicáveis até a data do *Completion* Físico;
- (k) existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Emissora e/ou por quaisquer das Acionistas e/ou por quaisquer das SPEs, que importem em discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, ou crime contra o meio ambiente, sendo certo que a declaração de vencimento antecipado com base no estipulado nesta alínea não ocorrerá se efetuada a reparação imposta ou enquanto estiver sendo cumprida a pena imposta à Emissora, às Acionistas ou às SPEs, conforme o caso, observado o devido processo legal;
- (l) constituição pela Emissora, pelas Acionistas ou por quaisquer das SPEs, sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, representando no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, de penhor ou qualquer outro gravame ou ônus sobre os direitos e bens dados em garantia às obrigações oriundas das Debêntures, ou qualquer outra espécie de cessão ou vinculação sobre os mesmos direitos a terceiros que não os Debenturistas e o BNDES, observado o compartilhamento mencionado na Cláusula 4.19 acima, ressalvados os ônus constituídos em favor dos fiadores dos Contratos de Financiamento com o BNDES e das instituições financeiras emissoras das cartas de
- 37



40  
a

fiança representativas da Fiança Bancária, ônus estes que estarão desconstituídos na data de constituição das Garantias Reais;

- (m) descumprimento: (i) pela Emissora, por quaisquer das Acionistas ou por quaisquer das SPEs, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão não sanada em até 30 (trinta) dias contados da notificação do Agente Fiduciário neste sentido ou em prazo de cura específico previsto nesta Escritura de Emissão; ou (ii) pela Emissora, por quaisquer das SPEs ou por quaisquer das Acionistas, de quaisquer obrigações assumidas nos Contratos de Garantia e demais documentos da Emissão dos quais fazem parte, observados os prazos de cura referidos em tais instrumentos, ou, em caso de não haver prazo de cura específico nos referidos instrumentos, em até 30 (trinta) dias contados da notificação do Agente Fiduciário neste sentido;
- (n) descumprimento pela Emissora ou por quaisquer das SPEs de qualquer obrigação financeira perante o BNDES ou suas subsidiárias, que não seja comprovadamente regularizado no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar do vencimento da respectiva obrigação;
- (o) sem prejuízo do disposto na alínea (aa) abaixo, concessão de preferência a outros créditos ou assunção de novas dívidas, pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs, sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, ressalvadas as dívidas assumidas em função de obrigações regulatórias regulares junto à ANEEL, à CCEE e/ou à ONS, no valor, individual ou agregado, de até R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), entendendo-se como valor agregado, para os fins desta alínea, o valor considerado em conjunto pela Emissora e pelas SPEs, valor este a ser devidamente corrigido anualmente pelo IPCA a partir da Data de Emissão até a assunção da respectiva dívida;
- (p) emissão de debêntures, partes beneficiárias ou qualquer outro valor mobiliário, pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs, sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, ressalvados eventuais aumentos de capital da Emissora e/ou das SPEs subscritos e integralizados exclusivamente pelas Acionistas e/ou pela Emissora;
- (q) celebração de contratos de mútuo pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs, com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas componentes do grupo econômico a que pertençam, sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, ressalvadas: (i) a contratação de mútuos celebrados pela Emissora, na qualidade de mutuária, com as Acionistas, na



3484023

41  
8

qualidade de mutuantes, celebrados até o término da implantação do Projeto, destinados exclusivamente a adiantar recursos que estão previstos para serem liberados pelo BNDES no âmbito dos Contratos de Financiamento com o BNDES sempre que o Projeto necessitar de recursos para a continuidade das obras de sua implantação, os quais deverão ser quitados ou integralizados em até 30 (trinta) dias após a última liberação de recursos pelo BNDES nos termos dos Contratos de Financiamento com o BNDES; ou (ii) a contratação de mútuos pelas SPEs, na qualidade de mutuárias, com a Emissora, na qualidade de mutuante, para os fins de: (ii.a) adiantar às SPEs os recursos que estão previstos para serem liberados pelo BNDES no âmbito dos Contratos de Financiamento com o BNDES sempre que o Projeto necessitar de recursos para a continuidade das obras de sua implantação, os quais deverão ser quitados ou integralizados em até 30 (trinta) dias após a última liberação de recursos pelo BNDES nos termos dos Contratos de Financiamento com o BNDES, ou (ii.b) de repassar às SPEs os recursos captados por meio da presente Emissão para a implantação do Projeto, sendo certo que a transferência dos recursos da presente Emissão às SPEs sempre deverá ser realizada nas mesmas condições ou em condições menos onerosas do que as da presente Emissão; ou (iii) a contratação de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuária, com as SPEs, na qualidade de mutuantes, com o objetivo de suprir a Emissora de recursos para liquidar obrigações assumidas perante os Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão;

- (r) resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Emissora, distribuição, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos seus acionistas diretos ou indiretos, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o mínimo obrigatório disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ou, ainda, a redução de capital da Emissora, independentemente da distribuição de recursos aos seus acionistas diretos ou indiretos, inclusive sob a forma de cancelamento de adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFACs"), ressalvado: (i) se verificado, cumulativamente: (i.a) a ocorrência do *Completion* Financeiro, nos termos das Cláusulas 4.17.2.4 e 4.20 acima; (i.b) preenchimento da Conta Reserva do Serviço da Dívida Debêntures, das Contas Reserva do Serviço da Dívida BNDES, das Contas Reserva de O&M, da Conta Reserva Especial e da Conta Pagamento Debêntures; (i.c) atingimento de ICSD consolidado, no exercício anterior, de, no mínimo, 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), conforme Cláusula 4.20.1, item (II), alínea (a), acima, e desde que, com o pagamento pretendido, o ICSD consolidado permaneça no valor mínimo de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos); (i.d) inexistência de inadimplemento da Emissora e das SPEs, bem como das empresas do mesmo grupo econômico, perante o Sistema BNDES; e (i.e) comprovação da geração mínima líquida consolidada de todo o Complexo Eólico Caeté, referida no centro de gravidade, de 218,47 GWh (duzentos e dezoito Gigawatt-hora e quarenta e sete centésimos); ou (ii) o cancelamento de AFAC

BK

39





12  
4

realizado pela Emissora nas SPEs até o limite do Valor Total da Emissão, desde que realizado até a data de 14 de fevereiro de 2016;

- (s) sem prejuízo da alínea (r) acima, resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Emissora, distribuição, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas diretos ou indiretos, ressalvado o mínimo obrigatório disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ou ainda a redução de capital da Emissora, independentemente da distribuição de recursos aos seus acionistas diretos ou indiretos, inclusive sob a forma de cancelamento de adiantamentos para futuro aumento de capital, quando a Emissora estiver inadimplente com qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia;
- (t) amortização, resgate ou conversão de ações de emissão das SPEs, ressalvada a amortização, resgate ou conversão de ações, realizada com o objetivo exclusivo de suprir a Emissora de recursos para liquidar obrigações assumidas perante os Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (u) redução de capital social de quaisquer SPEs, independentemente da distribuição de recursos aos seus acionistas diretos ou indiretos, inclusive sob a forma de cancelamento de AFACs, ressalvados: (i) o cancelamento de eventuais AFACs efetuados pela Emissora nas SPEs, caso tais AFACs tenham sido realizados para atendimento das finalidades previstas nos itens (ii.a) e (ii.b) da alínea (q) acima; ou (ii) se ficarem comprovados, a exclusivo critério do BNDES e dos Debenturistas, estes últimos conforme deliberações tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas os seguintes requisitos: (ii.a) preenchimento integral das Contas Reserva do Serviço da Dívida do BNDES, da Conta Reserva Especial e das Contas Reserva de O&M, na forma do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios SPEs; (ii.b) manutenção, após a redução pretendida, do Índice de Capitalização Própria (ICP) igual ou superior a 20% (vinte por cento) do investimento total do Projeto, definido como a razão entre Capital Social (subscrito e integralizado) e o Ativo Total; (ii.c) a aprovação da redução de capital e efetiva remessa dos respectivos recursos para a Emissora devem ser efetuadas após a data de 31 de dezembro de 2015; e (ii.d) apresentação da anuência formal expressa pela ANEEL quanto à redução de capital pretendida, se requerido pela legislação aplicável;
- (v) declaração de vencimento antecipado de qualquer mútuo, empréstimo ou financiamento assumido pela Emissora ou por quaisquer das SPEs junto a quaisquer instituições financeiras, em montante individual superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e/ou em montante agregado superior a R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), ou seus equivalentes em outras moedas, entendendo-se como valor agregado, para os fins desta alínea, o valor considerado em conjunto pela
- 40



43  
8

Emissora e pelas SPEs, valores estes a serem devidamente corrigidos anualmente pelo IPCA a partir da Data de Emissão até o respectivo vencimento antecipado;

- (w) protesto de títulos contra a Emissora ou quaisquer das SPEs, em montante individual superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e/ou em montante agregado superior a R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), ou seus equivalentes em outras moedas, entendendo-se como valor agregado, para os fins desta alínea, o valor considerado em conjunto pela Emissora e pelas SPEs, valores estes a serem devidamente corrigidos anualmente pelo IPCA desde a Data de Emissão até o respectivo protesto, salvo se for validamente comprovado ao Agente Fiduciário, pela Emissora ou por quaisquer das SPEs, que (i) o protesto foi efetivamente suspenso dentro do prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do respectivo evento, e apenas enquanto durarem os efeitos da suspensão; (ii) o protesto foi cancelado no prazo legal ou (iii) foram prestadas garantias em juízo e aceitas pelo Poder Judiciário;
- (x) a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM;
- (y) se, após a respectiva formalização nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, quaisquer das Garantias tornarem-se ineficazes, inexequíveis, inválidas ou insuficientes, seja em função da degradação dos bens dados em garantia aos Debenturistas, ou qualquer outra razão, conforme previsto nos Contratos de Garantia, bem como ocorrência de quaisquer eventos que afetem de forma material tais Garantias ou o cumprimento das disposições contidas nos Contratos de Garantia, desde que não sejam substituídas ou complementadas nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos respectivos Contratos de Garantia, quando solicitado, e no prazo determinado, pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (z) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, pelas SPEs e/ou por quaisquer das Acionistas, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, conforme aplicável, sem prévia autorização dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (aa) constituição, pela Emissora e/ou pelas SPEs, a qualquer tempo, ainda que sob condição suspensiva, de quaisquer garantias reais, ônus em favor de terceiros sobre quaisquer ativos, ou, ainda, garantias fidejussórias, em valor acumulado superior a R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), ou seu equivalente em outras moedas, entendendo-se como valor acumulado, para os fins desta alínea, o valor considerado em conjunto pela Emissora e pelas SPEs, valor este a ser devidamente corrigido anualmente pelo IPCA desde a Data de Emissão até a data de constituição do respectivo ônus, salvo (i) mediante autorização prévia de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas; (ii) conforme permitido por esta Escritura de Emissão, inclusive com relação à celebração dos Contratos de Garantia; (iii) para fins

41

41



3484026

- de constituição de novas garantias exigidas pelo BNDES no âmbito dos Contratos de Financiamento com o BNDES, desde que sejam compartilhadas com os Debenturistas; e (iv) aquelas requeridas em função de obrigações regulatórias regulares junto à ANEEL e/ou à CCEE e/ou à ONS no valor de até R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais);
- (bb) aplicação dos recursos oriundos da Emissão, pela Emissora ou pelas SPEs, em destinação diversa da descrita na Cláusula 3.8 desta Escritura de Emissão;
- (cc) alteração do escopo e da finalidade do Projeto sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (dd) realização de outros investimentos pela Emissora e/ou pelas SPEs, conforme o caso, que não os relacionados ao Projeto, ressalvados os investimentos permitidos pelas Autorizações, ou aqueles vinculados com infraestrutura social da região;
- (ee) alteração do objeto social da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs, de forma que a atividade da Emissora deixe de ser exclusivamente a de deter participação em empresas de exploração do Projeto e as SPEs deixem de ser sociedades de propósito específico voltadas exclusivamente à implantação e à execução do Projeto;
- (ff) mudança do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) direto ou indireto da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs, por qualquer meio, inclusive por meio da alienação de cotas do FIP, sem prévia autorização de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (gg) sem prejuízo do disposto na alínea (ff) acima, cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs, bem como a criação de subsidiárias ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou quaisquer das SPEs, seja esta reorganização estritamente societária ou realizada mediante disposição de ativos relevantes, sem a prévia autorização pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (hh) inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Emissora ou de quaisquer das SPEs de dispositivo que importe em: (i) restrições à capacidade de crescimento das SPEs ou da Emissora ou ao seu desenvolvimento tecnológico; (ii) restrições de acesso das SPEs ou da Emissora a novos mercados; ou (iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta Escritura de Emissão;
- (ii) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora, por quaisquer das SPEs e/ou por quaisquer das

24  
A

42

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



3484027

Acionistas nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e nos demais documentos da Oferta Restrita;

- (ji) cancelamento, rescisão ou declaração judicial de invalidade ou ineficácia total ou parcial desta Escritura de Emissão, desde que não revertida em até 10 (dez) Dias Úteis;
- (kk) abandono total ou parcial e/ou paralisação na execução do Projeto ou de qualquer ativo que seja essencial à implementação ou operação do Projeto que possa causar um Efeito Adverso Relevante;
- (ll) medida de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs;
- (mm) proferimento de decisão judicial, administrativa ou arbitral, de natureza condenatória, cujos efeitos não tenham sido suspensos ou revertidos no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da referida decisão, contra a Emissora e/ou contra quaisquer das SPEs e/ou contra quaisquer das Acionistas que impeça ou possa vir a impedir a continuidade e/ou a conclusão do Projeto;
- (nn) descumprimento de decisão judicial, administrativa ou arbitral, de natureza condenatória, contra a Emissora e/ou contra quaisquer das SPEs, em valor individual superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e/ou em montante agregado superior a R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), ou seus equivalentes em outras moedas, entendendo-se como valor acumulado, para os fins desta alínea, o valor considerado em conjunto pela Emissora e pelas SPEs, valores estes a serem anualmente corrigidos pelo IPCA a partir da Data de Emissão, ou, independentemente do valor, que impeça a continuidade e/ou a conclusão do Projeto;
- (oo) não atingimento, pela Emissora, do ICSD consolidado mínimo de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), (inclusive), sendo que o ICSD será considerado como cumprido caso esteja no intervalo entre 1,10 (um inteiro e dez centésimos) (exclusive) e 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) (exclusive) e sejam depositados na Conta de Complementação do ICSD recursos necessários para que o cálculo do referido ICSD, considerando a totalidade dos recursos mantidos na Conta de Complementação do ICSD, atinja 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da referida data de apuração do ICSD. O ICSD deverá ser apurado anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas anuais da Emissora referentes ao ano civil anterior, conforme metodologia de cálculo constante do Anexo VI à presente Escritura de Emissão.
- 5.2. A ocorrência de qualquer dos eventos acima descritos deverá ser prontamente comunicada ao Agente Fiduciário, pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs nos



3484028

46  
α

termos desta Escritura de Emissão, em até 2 (dois) Dias Úteis da sua ocorrência. O descumprimento deste dever pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

- 5.3. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (a), (b), (c), (d), (e) e (f) da Cláusula 5.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, com a consequente declaração, pelo Agente Fiduciário, assim que ciente da ocorrência dos eventos indicados acima, do vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigência do pagamento do que for devido, independentemente de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas ou da necessidade de envio de qualquer forma de comunicação ou notificação à Emissora.
- 5.4. Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles indicados na Cláusula 5.3 acima), o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência do evento, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.
- 5.5. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 5.4 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quóruns previstos na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar por declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, caso aprovado por deliberação de Debenturistas que representem mais de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação em primeira ou segunda convocação, sendo que, nesse caso, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures.
- 5.6. Observado o disposto na Cláusula 8.3 abaixo, na hipótese: (i) de não instalação em segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 5.4 acima por falta de quórum; (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 5.5 acima por deliberação de Debenturistas que representem mais de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou (iii) em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.
- 5.7. Em caso de declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente comunicação com aviso

44

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



3484029

de recebimento à Emissora ("Comunicação de Vencimento Antecipado"), com cópia para o Banco Liquidante e Escriturador e, em função dos Contratos de Financiamento com o BNDES e do Contrato de Compartilhamento de Garantias, para o BNDES, informando tal evento, para que a Emissora, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis a contar da data de recebimento da Comunicação de Vencimento Antecipado, efetue pagamento do valor correspondente ao Valor Nominal Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, acrescido ainda de Encargos Moratórios, se for o caso, nos termos desta Escritura de Emissão.

- 5.8. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, nos termos desta Cláusula V, o Agente Fiduciário deverá comunicar também a CETIP, informando o vencimento antecipado.
- 5.9. Não configurará Evento de Inadimplemento nem dará ensejo à necessidade de anuência prévia, seja pelo Agente Fiduciário, seja pela Assembleia Geral de Debenturistas, qualquer alteração no fluxo de pagamentos das SPEs ao BNDES em decorrência de eventual reescalonamento, incluindo, mas não se limitando a, prorrogação de carência, taxa de juros e/ou de pagamento de principal da dívida assumida pelas SPEs perante o BNDES, nos termos dos Contratos de Financiamento com o BNDES, com ou sem alteração da taxa de juros dos Contratos de Financiamento com o BNDES, desde que: (i) permaneçam inalterados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, incluídos os pagamentos de amortização e Juros Remuneratórios e Atualização Monetária das Debêntures; (ii) não haja antecipação do fluxo de pagamentos ao BNDES; (iii) não afete a capacidade da Emissora e/ou das SPEs em cumprir suas obrigações financeiras aqui previstas.

#### CLÁUSULA VI OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA, DAS SPES E DAS ACIONISTAS

##### 6.1. Obrigações da Emissora

- 6.1.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 5 (cinco) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os



3484030

48  
a

princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes com registro válido na CVM; (b) relatório específico de apuração do ICSD consolidado, elaborado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, acompanhado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do ICSD previsto nas Cláusulas 4.20.1, item (II), alínea (a), e 5.1., alínea (oo) acima, devidamente apurado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (c) declaração, assinada pelo(s) representante(s) legal(is) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (w) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (x) não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e inexistência de descumprimento de obrigações perante os Debenturistas; (y) que os bens e ativos da Emissora e das SPEs foram mantidos devidamente assegurados e (z) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Emissora e das SPEs;

- (ii) em até 45 (quarenta e cinco) dias contados do fechamento de cada trimestre do ano fiscal, suas informações financeiras trimestrais;
  - (iii) em até 7 (sete) Dias Úteis contados do recebimento da solicitação, qualquer informação que venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário;
  - (iv) dentro de até 3 (três) Dias Úteis após a sua publicação, notificação da convocação de qualquer assembleia geral, com a data de sua realização e a ordem do dia e, tão logo disponíveis, cópias de todas as atas das assembleias gerais, reuniões de conselho de administração, diretoria e conselho fiscal que forem objeto de publicação; e
  - (v) os dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado no inciso (ix) da Cláusula 7.3.1 abaixo, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto no inciso (x) da Cláusula 7.3.1 abaixo ou dentro de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento de solicitação nesse sentido.
- (b) informar ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de sua ocorrência, sobre qualquer alteração em suas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou em seus negócios, bem como

Handwritten signature and initials.

Handwritten initials.

46

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



3484031

49  
a

quaisquer eventos ou situações, inclusive ações judiciais ou procedimentos administrativos, que: (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; (ii) possam vir a comprometer o Projeto; ou (iii) façam com que suas demonstrações financeiras ou suas informações financeiras trimestrais não mais reflitam sua real condição financeira;

- (c) informar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo recebimento, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental, regulatório ou de defesa da concorrência, entre outros, impondo sanções ou penalidades;
  - (d) informar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data da ocorrência sobre qualquer situação que importe em modificação do Projeto, indicando as providências que julgue devam ser adotadas;
  - (e) manter, sob a sua guarda, por 5 (cinco) anos, ou por prazo maior se solicitado pela CVM, todos os documentos e informações relacionados à Oferta Restrita, além de atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam: (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM; (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM; (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social; (iv) manter os documentos mencionados no item (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; (v) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação; (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando em até 1 (um) Dia Útil ao intermediário líder da Oferta Restrita e o Agente Fiduciário; e (vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
  - (f) fornecer à CETIP as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas no subitem (iii) da alínea (e) acima e atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 02 de abril de 2009, bem como fornecer à CETIP as demais informações solicitadas por tal entidade;
  - (g) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures para negociação e custódia eletrônica na CETIP;
- 47





3484032

- 50  
A
- (h) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo: (i) Banco Liquidante e Escriturador; (ii) Agente Fiduciário; (iii) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário da CETIP; e (iv) agência de classificação de risco (*rating*) para as Debêntures;
- (i) manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários;
- (j) obter a classificação de risco (*rating*) definitiva das Debêntures pela Standard & Poor's, Fitch Ratings ou Moody's América Latina e fazer com que o Agente Fiduciário receba a respectiva súmula de *rating* em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da Data de Integralização, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (a) atualizar anualmente, a partir da data de emissão do último relatório, até a Data de Vencimento das Debêntures, o relatório da classificação de risco elaborado, (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco, (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora e (d) comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá, a seu exclusivo critério, (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's, a Fitch Ratings ou a Moody's América Latina ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco;
- (k) manter as Debêntures com o mesmo grau de senioridade dos Contratos de Financiamento com o BNDES;
- (l) permitir inspeção das obras do Projeto por parte de representante do Agente Fiduciário, inclusive por terceiros contratados especificamente para este fim, com a aprovação prévia dos Debenturistas, observados os procedimentos e os prazos a serem definidos de comum acordo entre a Emissora e o Agente Fiduciário;
- (m) manter seus sistemas de contabilidade, de controle e de informações gerenciais, bem como seus livros contábeis e demais registros em conformidade com os princípios contábeis normalmente aceitos no Brasil e de maneira que reflitam, fiel e adequadamente, sua situação financeira e os resultados de suas respectivas operações;
- 48



- 51  
CA
- (n) cumprir todas as determinações da CVM e da CETIP, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
  - (o) arcar com todos os custos decorrentes (i) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (ii) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e a AGE da Emissora, (iii) de registro dos Contratos de Garantia e do Contrato de Compartilhamento de Garantias, bem como de seus respectivos aditamentos, (iv) de contratação e registro das Fianças Bancárias, bem como de seus aditamentos, e (v) das despesas e remuneração com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador e agência de classificação de risco (*rating*) para as Debêntures;
  - (p) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora, observado, ainda, o disposto na Cláusula 4.14.5;
  - (q) manter-se adimplente com relação a todos os tributos ou contribuições devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, bem como com relação às contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), exceto com relação àqueles tributos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora, nas esferas administrativa ou judicial;
  - (r) manter o Projeto enquadrado nos termos da Lei 12.431 durante a vigência das Debêntures e comunicar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, sobre o recebimento de quaisquer comunicações por escrito ou intimações acerca da instauração de qualquer processo administrativo ou judicial que possa resultar no desenquadramento do Projeto como prioritário, nos termos da Lei 12.431;
  - (s) obter, manter e conservar em vigor (e, nos casos em que apropriado, renovar de modo tempestivo) todas as autorizações, aprovações, licenças, permissões, alvarás e suas renovações, necessárias à implantação, desenvolvimento, operação e desenvolvimento do Projeto e ao desempenho das atividades da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs;
  - (t) enviar ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) dias após os respectivos registros e averbações: (i) 1 (uma) via original da Escritura de Emissão, e de seus aditamentos, devidamente arquivada na JUCERJA, nos termos da Cláusula 2.3.1 e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, nos termos da Cláusula 2.5.1 acima; (ii) 1 (uma) via original de cada um dos Contratos de Garantia e do Contrato de Compartilhamento, e eventuais aditamentos, devidamente registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro de Imóveis competentes, nos termos da Cláusula 2.5.2 acima; e (iii) 1 (uma) via original das Fianças Bancárias, e de seus



52  
a

eventuais aditamentos, devidamente registrada nos respectivos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, nos termos da Cláusula 2.5.4 acima;

- (u) praticar todos os demais atos, firmar todos os documentos e realizar todos os registros adicionais requeridos pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, com o propósito de assegurar e manter a plena validade, eficácia e exequibilidade das Garantias previstas nesta Escritura de Emissão e das Debêntures;
- (v) manter os saldos mínimos das contas previstas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios SPEs e no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Holding, sendo certo que a Conta Pagamento das Debêntures deverá estar preenchida com o valor necessário para o pagamento da primeira prestação das Debêntures (que ocorrerá em 15 de dezembro de 2016) até 15 de junho de 2016 (inclusive) e a Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures deverá estar preenchida até 15 de dezembro de 2016 com o valor correspondente à segunda prestação das Debêntures (que ocorrerá em 15 de junho de 2017), nos termos da Cláusula 4.18.1, itens (ii) e (iii) acima;
- (w) aportar na Conta Reserva do Serviço da Dívida Debêntures e na Conta Pagamento Debêntures, se necessário, recursos suficientes para o preenchimento dos respectivos saldos mínimos, conforme instituído e regulado no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios SPEs e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Holding;
- (x) convocar, nos termos da Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça;
- (y) observar, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência;
- (z) manter e conservar em bom estado todos os bens da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs, incluindo, mas não se limitando a, todas as suas propriedades móveis e imóveis, necessários à consecução do Projeto e seus objetivos sociais;
- (aa) na hipótese da legalidade ou exequibilidade de qualquer das disposições relevantes desta Escritura de Emissão, das Fianças Bancárias, dos Contratos de Garantia e dos demais instrumentos relacionados no âmbito desta Emissão ser questionada judicialmente por qualquer pessoa, e tal questionamento judicial possa afetar a capacidade da Emissora em cumprir suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, deverá informar tal acontecimento ao Agente

*[Handwritten signatures and initials]*

53  
α



3484035

Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua ocorrência, sem prejuízo da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento;

- (bb) caso a Emissora seja citada no âmbito de uma ação que tenha como objetivo a declaração de invalidade ou ineficácia total ou parcial desta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a tomar todas as medidas necessárias para contestar tal ação no prazo legal;
- (cc) manter vigentes as apólices de seguros mencionadas na Cláusula 6.2.1, alíneas (l) e (n) abaixo, de forma compatível com os padrões exigidos pelos Contratos de Financiamento com o BNDES e pelas Autorizações para a cobertura do Projeto;
- (dd) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (ee) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor;
- (ff) notificar o Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis contados da ocorrência sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, gerando um Efeito Adverso Relevante;
- (gg) manter-se em situação regular com relação às suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), à ANEEL, ao MME e ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), durante a vigência desta Escritura de Emissão;
- (hh) manter em vigor a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para viabilizar a operação e funcionamento de suas atividades e das SPEs ou que sejam relevantes de forma que sua invalidade possa afetar a implementação e desenvolvimento do Projeto;
- (ii) não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer natureza, relacionada de qualquer forma com a finalidade da Emissão e tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;
- (jj) observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si, e por suas coligadas e seus administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados, subcontratados ou terceiros agindo em seu nome toda e qualquer lei que trata de corrupção, crimes contra a ordem econômica ou tributária, de "lavagem" ou ocultação

Handwritten signatures and initials.

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



3484036

54  
a

de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o Mercado de Capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos das Leis nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, nº 7.492, de 16 de junho de 1986, nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, nº 8.429, de 2 de junho de 1992, nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública), nº 9.613, de 3 de março de 1998, nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, devendo (i) envidar melhores esforços para adotar políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento das leis acima, nos termos do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015; (ii) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais e/ou os demais prestadores de serviços, previamente ao início de sua atuação no âmbito da Oferta Restrita; e (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira;

- (kk) notificar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que tomar ciência, de que a Emissora ou qualquer de suas controladas, ou ainda, qualquer dos respectivos administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados encontram-se envolvidos em investigação, inquérito, ação, procedimento judicial ou administrativo relativos à prática de atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o Mercado de Capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos das Leis nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, nº 7.492, de 16 de junho de 1986, nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, nº 8.429, de 2 de junho de 1992, nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública), nº 9.613, de 3 de março de 1998, nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, devendo: (i) fornecer cópia de eventuais decisões proferidas nos citados procedimentos, bem como informações detalhadas sobre as medidas adotadas em resposta a tais procedimentos, em que a Emissora ou qualquer de suas controladas, ou os respectivos administradores, empregados, agentes ou representantes estejam envolvidos; e (ii) apresentar ao Agente Fiduciário assim que disponível, cópia de quaisquer acordos judiciais ou extrajudiciais, termos de ajustamento de conduta, acordos de leniência ou afins eventualmente celebrados, em que a Emissora ou qualquer de suas controladas, ou os respectivos administradores, empregados, agentes ou representantes estejam envolvidos;
- (II) adotar, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão, as medidas e ações necessárias destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pela execução do Projeto;

52

BK



3484037

- (mm) informar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da ciência, sobre, no âmbito do Projeto, (i) a ocorrência de dano ambiental; e (ii) a instauração e/ou existência e/ou decisão proferida em processo administrativo ou judicial de natureza socioambiental;
- (nn) dentro do prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da respectiva solicitação: (i) informar ao Agente Fiduciário sobre impactos socioambientais do Projeto e às formas de prevenção e contenção desses impactos; e (ii) disponibilizar cópia de estudos, laudos, relatórios, autorizações, licenças, alvarás, outorgas e suas renovações, suspensões, cancelamentos ou revogações relacionadas ao Projeto;
- (oo) repassar às SPEs, nas mesmas condições ou em condições menos onerosas do que as da presente Emissão, os recursos obtidos com a presente Emissão até o 10º (décimo) Dia Útil contado da liquidação financeira da Oferta Restrita os quais deverão ser aplicados nos termos da Cláusula 3.8.1 acima;
- (pp) realizar aportes de capital nas SPEs e/ou no Projeto, conforme o caso, de forma a cobrir eventual insuficiência de capital necessário à implantação do Projeto, ainda quando haja sobrecustos não previstos no orçamento original;
- (qq) aportar nas SPEs os recursos recebidos das Acionistas nos termos da Cláusula 6.3.1, letra (a), e 6.3.2, letra (a), abaixo;
- (rr) oferecer em garantia aos Debenturistas, quaisquer ativos e/ou recebíveis supervenientes do Projeto que tenham sido solicitados em garantia pelo BNDES no âmbito dos Contratos de Financiamento com o BNDES;
- (ss) incluir o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, como beneficiário nas apólices de seguro, o qual deverá fazer jus às indenizações eventualmente devidas em decorrência das referidas apólices, observado o regime de compartilhamento previsto na Cláusula 4.19 acima, e observados os termos do Contrato de Penhor Conjunto de Máquinas, Equipamentos e Direitos Emergentes, conforme aplicável;
- (tt) ressarcir os Debenturistas, independentemente de culpa, de qualquer quantia que estes sejam compelidos a pagar em razão de dano ambiental decorrente do Projeto, bem como a indenizar os Debenturistas por qualquer perda ou dano que estes venham a sofrer em decorrência do referido dano ambiental;
- (uu) cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente de negociação operacionalizado pela CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos,



3484038

56  
8

perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário;

- (vv) observados os termos previstos na Cláusula 5.9 acima, não realizar qualquer alteração nos Contratos de Financiamento com o BNDES que possa: (i) causar alterações nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, incluídos os pagamentos de amortização, Juros Remuneratórios e Atualização Monetária das Debêntures; (ii) causar a antecipação do fluxo de pagamentos ao BNDES, nos termos dos Contratos de Financiamento com o BNDES; ou (iii) afetar a capacidade da Emissora e/ou das SPEs em cumprir suas obrigações financeiras aqui previstas;
- (ww) no caso de atraso na entrada em operação comercial do Projeto em relação ao estabelecido pela ANEEL, aportar nas SPEs recursos suficientes para a compra de energia elétrica necessária ao cumprimento das obrigações das SPEs decorrentes dos CERs e dos CCEAR, conforme o caso, durante todo o período que anteceder à publicação pela ANEEL do despacho de operação comercial relativo ao Complexo Eólico Caetité ou constituir lastro por meio de contratos bilaterais de compra e venda de energia; e
- (xx) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado.

## 6.2. Obrigações das SPEs

6.2.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, as SPEs obrigam-se, ainda, a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário, dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou em 5 (cinco) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro: (a) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas das SPEs relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes com registro válido na CVM, devendo fazer constar, das respectivas demonstrações financeiras, a divulgação da LAJIDA (ou EBITDA) – Lucros Antes dos Juros, Impostos sobre Renda, incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, tal como definidas no art. 3º da Instrução CVM nº 527 de 04 de outubro de 2012 (“ICVM 527”), ou no ato que a substitua, bem como a LAJIDA (ou EBITDA) ajustado conforme definição do artigo 4º da referida ICVM 527;
- (b) informar ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de sua ocorrência, sobre qualquer alteração em suas condições financeiras, econômicas,

54

54

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



3484039

57  
A

comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou em seus negócios, bem como quaisquer eventos ou situações, inclusive ações judiciais ou procedimentos administrativos, que: (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; (ii) possa vir a comprometer o Projeto; ou (iii) faça com que suas demonstrações financeiras ou suas informações financeiras não mais reflitam sua real condição financeira;

- (c) informar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo recebimento, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental, regulatório ou de defesa da concorrência, entre outros, impondo sanções ou penalidades;
- (d) informar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data da ocorrência sobre qualquer situação que importe em modificação do Projeto, indicando as providências que julgue devam ser adotadas;
- (e) manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários;
- (f) manter seus sistemas de contabilidade, de controle e de informações gerenciais, bem como seus livros contábeis e demais registros em conformidade com os princípios contábeis normalmente aceitos no Brasil e de maneira que reflitam, fiel e adequadamente, sua situação financeira e os resultados de suas respectivas operações;
- (g) caso as SPEs sejam citadas no âmbito de uma ação que tenha como objetivo a declaração de invalidade ou ineficácia total ou parcial desta Escritura de Emissão, as SPEs, conforme o caso, obrigam-se a tomar todas as medidas necessárias para contestar tal ação no prazo legal;
- (h) preencher e manter, até a total liquidação das Debêntures, os saldos mínimos das contas previstas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios SPEs e no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Holding, sendo certo que a Conta Pagamento das Debêntures deverá estar preenchida com o valor necessário para o pagamento da primeira prestação das Debêntures (que ocorrerá em 15 de dezembro de 2016) até 15 de junho de 2016 (inclusive) e a Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures deverá estar preenchida até 15 de dezembro de 2016 com o valor correspondente da segunda prestação das Debêntures (que ocorrerá em 15 de junho de 2017), nos termos da Cláusula 4.18.1, itens (ii) e (iii) acima;
- (i) enviar recursos para a Emissora por meio de depósito na Conta Reserva Especial, caso seja necessário para cumprir as obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o BNDES, observado os termos previstos nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios SPEs e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária

55

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000





3484040

de Direitos Creditórios da Holding, e nos Contratos de Financiamento com o BNDES;

- (j) oferecer em garantia aos Debenturistas quaisquer ativos e/ou recebíveis supervenientes ao Projeto que tenham sido solicitados em garantia pelo BNDES no âmbito dos Contratos de Financiamento com o BNDES;
- (k) constituir penhor, em favor dos Debenturistas, sobre os direitos creditórios decorrentes de qualquer contrato relacionado ao Projeto que tenham sido dados em penhor em favor do BNDES no âmbito dos Contratos de Financiamento com o BNDES;
- (l) exigir da General Electric Energy do Brasil – Equipamentos e Serviços de Energia Ltda. a contratação de Seguro-Garantia, na modalidade de *Performance Bond* referente aos aerogeradores, e apresentar ao Agente Fiduciário, sempre que este assim solicitar, o comprovante do cumprimento das obrigações relativas ao referido seguro;
- (m) manter os bens de que tratam a Cláusula 4.15.1, item (iv), subitem (3), em sua posse mansa e pacífica, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, inclusive fiscais, bem como guarda-los e conservá-los de acordo com o disposto no artigo 1.431, parágrafo único, do Código Civil;
- (n) comprovar a contratação, antes do *Completion* Físico do Projeto, e conforme estabelecido nos Contratos de Financiamento com o BNDES, dos seguintes seguros, bem como a quitação dos respectivos prêmios: (i) seguro na modalidade de responsabilidade civil, tendo como objeto a cobertura da responsabilidade legal das SPEs com relação a danos custos e despesas de indenizações decorrentes de morte ou lesão a terceiros e/ou com relação a danos a propriedade de terceiros causados pelo Projeto; e (ii) seguro patrimonial (*Property All Risks*), tendo como objeto a cobertura de máquinas e equipamentos permanentes, que deverá observar o disposto na alínea (o) abaixo;
- (o) incluir o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, como co-beneficiário nas apólices de seguro, o qual deverá fazer jus às indenizações eventualmente devidas em decorrência das referidas apólices, observado o regime de compartilhamento previsto na Cláusula 4.19 acima, e observados os termos do Contrato de Penhor Conjunto de Máquinas, Equipamentos e Direitos Emergentes, conforme aplicável;
- (p) adotar, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão, as medidas e ações necessárias destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pela execução do Projeto;



3484041

- (q) manter-se em situação regular com relação às suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), à ANEEL, ao MME e ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), durante a vigência desta Escritura de Emissão;
- (r) observar, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência;
- (s) permitir inspeção das obras do Projeto por parte de representantes do Agente Fiduciário, inclusive por terceiros contratados especificamente para este fim, com a aprovação prévia dos Debenturistas, observados os procedimentos e os prazos a serem definidos de comum acordo entre a Emissora e o Agente Fiduciário;
- (t) manter-se adimplente com relação a todos os tributos ou contribuições devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, bem como com relação às contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), exceto com relação àqueles tributos que estejam sendo contestados de boa-fé pelas SPEs, nas esferas administrativa ou judicial;
- (u) na hipótese da legalidade ou exequibilidade de qualquer das disposições relevantes desta Escritura de Emissão, das Fianças Bancárias, dos Contratos de Garantia e dos demais instrumentos relacionados no âmbito desta Emissão ser questionada judicialmente por qualquer pessoa, e tal questionamento judicial possa afetar a capacidade das SPEs em cumprir suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, deverá informar tal acontecimento ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua ocorrência, sem prejuízo da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento;
- (v) manter e conservar em bom estado todos os bens das SPEs, incluindo, mas não se limitando a, todas as suas propriedades móveis e imóveis, necessários à consecução do Projeto e seus objetivos sociais; e
- (w) manter em vigor a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para viabilizar a operação e funcionamento de suas atividades ou que sejam relevantes de forma que sua não vigência possa afetar de forma significativa a implementação e desenvolvimento do Projeto;
- (x) não promover alterações em seus contratos/estatutos sociais de forma que cada SPE mantenha-se, durante toda a vigência da presente Escritura de Emissão, como uma sociedade de propósito específico voltada à finalidade de implementar sua fração no Projeto; e
- (y) concluir física e financeiramente o Projeto, na forma da Cláusula 4.20 acima.



3484042

60  
X

### 6.3. Obrigações das Acionistas

6.3.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a acionista Lagoa obriga-se, ainda, a:

- (a) aportar na Emissora, mediante aumento de capital, para que esta aporte nas SPEs, conforme o caso, recursos próprios, em moeda corrente nacional, suficientes para: (i) no caso de atraso na entrada em operação comercial do Projeto em relação ao estabelecido pela ANEEL, a compra de energia elétrica necessária ao cumprimento das obrigações das SPEs decorrentes dos CERs e dos CCEAR, conforme o caso, durante todo o período que anteceder à publicação pela ANEEL do despacho de operação comercial relativo ao Complexo Eólico Caetité; (ii) a conclusão da implantação do Projeto, ainda quando haja sobrecustos não previstos no orçamento original; (iii) garantir o preenchimento dos saldos mínimos da Conta Reserva do Serviço da Dívida Debêntures, da Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES, da Conta Pagamento das Debêntures e da Conta Reserva de O&M, conforme reguladas pelo Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios SPEs e/ou Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Holding;
- (b) não assumir novas dívidas, conceder preferência a outros créditos, realizar amortização de ações, emitir debêntures ou partes beneficiárias, ressalvados os casos previstos na alínea (q) da Cláusula 5.1 acima;
- (c) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias da ciência de ato ou fato que possa vir a comprometer o Projeto, tais como ações judiciais ou procedimentos administrativos; e
- (d) aportar na Emissora, mediante aumento de capital, os recursos recebidos nos termos da Cláusula 6.3.2., letra (a), abaixo.

6.3.2. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, o acionista FIP obriga-se, ainda, a:

- (a) aportar na Lagoa, mediante aumento de capital, para que esta aporte na Emissora, recursos próprios, em moeda corrente nacional, suficientes para: (i) no caso de atraso na entrada em operação comercial do Projeto em relação ao estabelecido pela ANEEL, a compra de energia elétrica necessária ao cumprimento das obrigações das SPEs decorrentes dos CERs e CCEARs, conforme o caso, durante todo o período que anteceder à publicação pela ANEEL do despacho de operação comercial relativo ao Complexo Eólico Caetité; (ii) a conclusão da implantação do Projeto, ainda quando haja sobrecustos não previstos no orçamento original; e (iii) garantir o preenchimento

EX

58

*[Assinaturas manuscritas]*

*[Assinatura]*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



3484043

61  
A

dos saldos mínimos da Conta Reserva do Serviço da Dívida Debêntures, da Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES, da Conta Pagamento das Debêntures e da Conta Reserva de O&M, conforme reguladas pelo Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios SPEs e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Holding;

- (b) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias da ciência de ato ou fato que possa vir a comprometer o Projeto, tais como ações judiciais ou procedimentos administrativos.

## CLÁUSULA VII AGENTE FIDUCIÁRIO

### 7.1. Nomeação

- 7.1.1. A Emissora neste ato constitui e nomeia a Planner Trustee DTVM Ltda., qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como Agente Fiduciário da Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora, as SPEs e as Acionistas.

### 7.2. Substituição

- 7.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias do evento que a determinar, deverá ser realizada Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-lá.
- 7.2.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, inclusive no caso da alínea (ii) da Cláusula 7.3.1 abaixo, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, mediante, convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição.
- 7.2.3. É facultado aos Debenturistas, a qualquer tempo, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em condições de mercado, escolhido pela Emissora a partir de lista tríplice apresentada pelos Debenturistas.
- 7.2.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCERJA e nos Cartórios de
- 59




Registro de Títulos e Documentos localizados nas localidades descritas na Cláusula 2.5.1 desta Escritura de Emissão.

- 7.2.5. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da legislação em vigor.
- 7.2.6. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar, se for o caso, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a última data de pagamento até a data da efetiva substituição, à Emissora. O valor a ser pago ao agente fiduciário substituto, na hipótese aqui descrita, será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços – Mercado (“IGPM/FGV”), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
- 7.2.7. O Agente Fiduciário, se substituído nos termos desta Cláusula 7.2, sem qualquer custo adicional para a Emissora ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis antes de sua efetiva substituição, cópia digitalizada de todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura de Emissão.
- 7.2.8. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos nas normas e preceitos aplicáveis da CVM.

### 7.3. Deveres

- 7.3.1. Além de outros previstos em lei ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

60

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



3484045

- 63  
X
- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
  - (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
  - (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
  - (iv) promover, nos competentes órgãos, às expensas da Emissora, caso essa não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
  - (v) informar os Debenturistas sobre a ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nas alíneas da Cláusula 5.1 desta Escritura de Emissão;
  - (vi) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
  - (vii) verificar a regularidade da constituição das Garantias Reais, das Fianças e das Fianças Bancárias, observado o disposto na Cláusula 4.15.5 acima, observando, ainda, a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
  - (viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções ou se assim solicitado pelos Debenturistas, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora e dos Fiadores;
  - (ix) elaborar o relatório anual, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo:
    - (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
    - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
    - (c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

61

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



3484046


- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos relacionados à Oferta Restrita;
- (i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias;
- (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (1) denominação da companhia ofertante; (2) valor da emissão; (3) quantidade de debêntures emitidas; (4) espécie; (5) prazo de vencimento das debêntures; (6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e
- (k) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (x) colocar o relatório de que trata a alínea (ix) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, na sede da Emissora, no seu escritório, na CVM, na CETIP, no endereço das instituições financeiras que atuaram como Coordenadores;
- (xi) fiscalizar o cumprimento das cláusulas e itens constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daqueles que impõem obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;
- (xii) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos, de que tenha conhecimento;
- (xiii) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;



- 65  
a
- (xiv) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
  - (xv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador, ao Banco Liquidante, à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante, a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e dos Debenturistas;
  - (xvi) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos;
  - (xvii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões, falsidades, incorreções ou inexactidões constantes de tais informações;
  - (xviii) encaminhar aos Debenturistas, em até 3 (três) Dias Úteis de seu recebimento, qualquer informação relacionada com a Emissão que lhe venha a ser por ele solicitada e/ou recebida;
  - (xix) disponibilizar o Valor Nominal Atualizado e os Juros Remuneratórios, calculados pela Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento ou de sua página na rede mundial de computadores; e
  - (xx) tomar todas as providências necessárias para exercício dos direitos e obrigações atribuídas no âmbito desta Escritura de Emissão.

#### 7.4. Atribuições Específicas

- 7.4.1. Observadas as disposições desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, podendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:
- (i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, conforme disposto na Cláusula 5.1 e seguintes desta Escritura de Emissão;
- 63

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000





- 66  
a
- (ii) requerer a falência da Emissora, mediante autorização dos Debenturistas;
  - (iii) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;
  - (iv) cobrar o pagamento das quantias devidas pela Emissora e/ou pelas SPEs, conforme o caso, no âmbito da Emissão e das Debêntures e executar as Garantias, nos termos previstos nos Contratos de Garantia, aplicando o respectivo produto na amortização ou liquidação integral das Debêntures e das obrigações da Emissora assumidas nesta Escritura de Emissão, respeitados os termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias; e
  - (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.

7.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i), (ii), (iii) e (iv) da Cláusula 7.4.1 acima, se convocada a Assembleia Geral de Debenturistas e esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.4.1 inciso (v) acima.

7.4.3. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente deliberados pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula VIII abaixo.

7.4.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, a qual permanecerá sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

7.4.5. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que forem deliberadas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos

64



3484049

67  
8

jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), e alterações posteriores, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

#### 7.5. Remuneração do Agente Fiduciário

- 7.5.1. Será devido, ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a parcelas anuais de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data da assinatura da Escritura de Emissão, e as demais parcelas na mesma data dos anos subsequentes, até a liquidação integral das Debêntures.
- 7.5.2. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.
- 7.5.3. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.5.1 acima será atualizada anualmente com base na variação do IGPM/FGV ou do índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata die*, se necessário.
- 7.5.4. Em caso de mora no pagamento da remuneração devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; (ii) multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (iii) atualização monetária pelo IGPM, calculada *pro rata die* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento.
- 7.5.5. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: (i) ISS (imposto sobre serviço de qualquer natureza); (ii) PIS (contribuição ao programa de integração social); (iii) COFINS (contribuição para o financiamento da seguridade social); (iv) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (imposto de renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- 7.5.6. Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas na Escritura de emissão das Debêntures ou em caso de reestruturação prévia das

65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



3484050

68  
A

condições das debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho comprovadamente dedicado a (a) assessoria aos titulares das debêntures, (b) comparecimento em reuniões com a Emissora e /ou com os titulares das debêntures, (c) a implementação das consequentes decisões dos titulares das debêntures e da Emissora, e para (d) a execução das garantias ou das debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente fiduciário no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado.

7.5.7. A remuneração prevista nos itens anteriores será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplementos não sanados pela Emissora.

#### 7.6. Despesas

7.6.1. A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral, notificações, extração de certidões, fotocópias, digitalizações e envio de documentos, viagens, transportes, alimentação e estadias, despesas com *conference call* e contatos telefônicos, com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Debenturista.

7.6.2. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses do Debenturista deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora e, posteriormente conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem também os gastos comprovados com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante do Debenturista. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência do Debenturista em ações judiciais serão suportadas pelo Debenturista, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento ao Debenturista para cobertura da referida sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário. Também será suportada pelos Debenturistas a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias.

66

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



3484051

69  
a

7.6.3. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas aprovadas previamente e/ou reembolsadas pela Emissora caso tenham sido realizadas comprovadamente em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

7.6.4. O ressarcimento a que se refere a Cláusula 7.6.1 acima será efetuado em até 15 (quinze) dias corridos contados da entrega à Emissora de cópias dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas, conforme expressamente disposto nas Cláusulas acima.

### 7.7. Declarações do Agente Fiduciário

7.7.1. O Agente Fiduciário declara:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (c) aceitar integralmente esta Escritura de Emissão e todas as suas Cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (f) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (g) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (h) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

67

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



3484052

- 70  
d
- (i) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
  - (j) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto; e
  - (k) que, com base no organograma disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto na alínea k, inciso XVII, artigo 12 da Instrução CVM 28, não atua como agente fiduciário em qualquer outra emissão de valores mobiliários da Emissora, ou de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora.

## CLÁUSULA VIII ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

### 8.1. Disposições Gerais

- 8.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia(s) geral(is), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia(s) Geral(is) de Debenturistas"). As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas de forma presencial e, caso venha a ser regulamentado pela CVM, poderão ser alternativamente realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação.

### 8.2. Convocação

- 8.2.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.
- 8.2.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos, 3 (três) vezes, nos Jornais de Publicação, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
- 8.2.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas, em primeira convocação, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas, em primeira convocação, em segunda convocação, em, no mínimo, 8 (oito) dias contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.
- 68
- Handwritten signatures and initials are present on the right side of the page.

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



3484053

71  
A

8.2.4. As deliberações tomadas por Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na referida Assembleia Geral de Debenturistas.

8.2.5. Independentemente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura para convocação, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

### 8.3. Quórum de Instalação

8.3.1. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de Debenturistas se instalarão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a maioria, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum de Debêntures em Circulação.

8.3.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quóruns de instalação ou deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, "Debêntures em Circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) sociedades controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), (b) controladoras (diretas ou indiretas) da Emissora ou sociedades sob controle comum, e (c) administradores ou conselheiros da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, incluindo seus cônjuges, companheiros ou parentes até o 2º (segundo) grau.

### 8.4. Quórum de Deliberação

8.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 8.4.2 abaixo, ou pelos demais quóruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão, qualquer matéria a ser deliberada pelos Debenturistas deverá ser aprovada, em primeira convocação, por Debenturistas que detenham pelo menos a maioria das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, pela maioria presentes.

8.4.2. Mediante proposta da Emissora, a Assembleia Geral de Debenturistas poderá, por deliberação favorável de Debenturistas que detenham, no mínimo, 90% (noventa por

Handwritten signature and initials.

Handwritten initials.

69

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



cento) das Debêntures em Circulação, aprovar, seja em primeira ou segunda convocação, qualquer modificação relativa às características das Debêntures que implique alteração: (i) da Atualização Monetária ou dos Juros Remuneratórios, (ii) das Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão, (iii) da Data de Vencimento das Debêntures e da vigência das Debêntures, (iv) dos valores, montantes e Datas de Amortização das Debêntures, (v) da redação de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento, inclusive sua exclusão; (vi) da alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Escritura de Emissão, (vii) das disposições desta Cláusula, (viii) das Garantias, (ix) criação de evento de repactuação, (x) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; amortizações extraordinárias facultativas, e (xi) da espécie das Debêntures.

8.4.2.1. Caso a Emissora, por qualquer motivo, solicite aos Debenturistas, antes da sua ocorrência, a concessão de renúncia prévia ou perdão temporário (*waiver*): (i) aos Eventos de Inadimplemento que acarretem o vencimento automático das Debêntures descritos na Cláusula 5.1, alíneas (a), (b), (c), (d), (e) e (f), tal solicitação poderá ser aprovada por Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação; e (ii) para os demais Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 5.1 desta Escritura de Emissão, tal solicitação poderá ser aprovada pelo quorum geral de deliberação, previsto na Cláusula 8.4.1 acima, salvo se previsto quórum mais elevado na hipótese de Evento de Inadimplemento em discussão, nos termos da Cláusula 5.1 acima, caso em que este deverá ser observado.

8.4.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

8.4.4. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar a quaisquer dos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

#### 8.5. Mesa Diretora

8.5.1. A presidência e secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão aos representantes eleitos por Debenturistas presentes (podendo, para tal finalidade, ser eleito o representante do Agente Fiduciário presente a qualquer Assembleia Geral de Debenturistas) ou àqueles que forem designados pela CVM.

### CLÁUSULA IX DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA, DAS SPES E DAS ACIONISTAS




73  
a

- 9.1. A Emissora, as SPEs e as Acionistas declaram e garantem, individualmente, que:
- (a) é sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social, com exceção do FIP, que é um fundo de investimento em participações devidamente organizado, constituído e existente sob a forma de condomínio fechado, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
  - (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia e o Contrato de Distribuição e a cumprir todas as obrigações nestes previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
  - (c) nesta data os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
  - (d) a celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e do Contrato de Distribuição e o cumprimento das obrigações previstas em tais instrumentos, bem como a constituição das Fianças, e a contratação das Fianças Bancárias não infringem, nesta data, nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou de cada uma das SPEs, exceto por aqueles ônus já existentes nesta data e os ônus decorrentes dos Contratos de Garantia; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
  - (e) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil");
  - (f) a Emissora e/ou as SPEs, conforme o caso, têm todas as autorizações e licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data a Emissora ou as SPEs não foram notificadas acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas, exceto para as quais a Emissora ou cada uma das SPEs possua provimento jurisdicional

Handwritten signatures and initials: a large stylized signature, the letters 'BK', and a cross-like mark.

71

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000





74  
A

vigente autorizando sua atuação sem as referidas licenças ou se nos casos em que tais licenças estejam em processo legal de renovação;

- (g) as ações a serem empenhadas, os direitos creditórios e direitos emergentes a serem cedidos fiduciariamente e/ou empenhados, conforme o caso, e os aerogeradores a serem empenhados nos termos da Cláusula 4.15 desta Escritura de Emissão existem, são de sua titularidade, estão sob sua posse mansa e pacífica e estão livres e desembaraçados de qualquer ônus, exceto pelas próprias Garantias Reais a serem constituídas conforme previsão desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Financiamento do BNDES, com exceção dos ônus constituídos em favor dos fiadores dos Contratos de Financiamento com o BNDES e das instituições financeiras emissoras das cartas de fiança representativas da Fiança Bancária, ônus estes que estarão desconstituídos na data de constituição das Garantias Reais;
- (h) não omitiu nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em Efeito Adverso Relevante;
- (i) as demonstrações financeiras da Emissora e de cada uma das SPEs, datadas de 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e de cada uma das SPEs nas datas respectivas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora e de cada uma das SPEs. Desde a data das demonstrações financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2014 e até a presente data não houve nenhum Efeito Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora ou as SPEs, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora ou para as SPEs, não houve declaração ou pagamento pela Emissora e/ou pelas SPEs de dividendos, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento do endividamento da Emissora ou das SPEs, bem como a Emissora ou cada uma das SPEs não contratou novas dívidas;
- (j) a Emissora é legítima proprietária da totalidade das ações que compõem o capital social das SPEs, que se encontram livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus ou gravames, encargos ou pendências judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza, não tendo sido dadas em garantia, a qualquer título, de qualquer outra dívida assumida previamente à celebração desta Escritura de Emissão, com exceção do ônus constituídos em favor dos fiadores dos Contratos de Financiamento com o BNDES e das instituições financeiras emissoras das cartas de fiança representativas da Fiança Bancária, ônus estes que estarão desconstituídos na data de constituição das Garantias Reais, conforme aplicável;
- 72



- (k) a Lagoa é legítima proprietária de 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) das ações que compõem o capital social da Emissora, que se encontram livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus ou gravames, encargos ou pendências judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza, não tendo sido dadas em garantia, a qualquer título, de qualquer outra dívida assumida previamente à celebração desta Escritura de Emissão, com exceção do ônus constituídos em favor dos fiadores dos Contratos de Financiamento com o BNDES e das instituições financeiras emissoras das cartas de fiança representativas das Fianças Bancárias, ônus estes que estarão desconstituídos na data de constituição das Garantias Reais, conforme aplicável;
- (l) o FIP é legítimo proprietário da totalidade das ações que compõem o capital social da Lagoa, que se encontram livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus ou gravames, encargos ou pendências judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza, não tendo sido dadas em garantia, a qualquer título, de qualquer outra dívida assumida previamente à celebração desta Escritura de Emissão, com exceção do ônus constituídos em favor dos fiadores dos Contratos de Financiamento com o BNDES e das instituições financeiras emissoras das cartas de fiança representativas das Fianças Bancárias, ônus estes que estarão desconstituídos na data de constituição das Garantias Reais, conforme aplicável;
- (m) os Contratos para a Venda de Equipamentos; Contrato de Engenharia e Construção Civil; Contrato de Engenharia, Aquisição, Fornecimento, Montagem e Comissionamento; Contrato de Engenharia, Construção Civil, Aquisição, Fornecimento, Montagem e Comissionamento; os Contratos de O&M; bem como as apólices de seguro, mencionadas 6.2.1 (l) e (n), foram devidamente firmados, constituindo obrigações válidas, eficazes, exequíveis e vinculantes de suas respectivas partes contratantes, de acordo com os prazos contratuais previstos;
- (n) nesta data, não têm conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente, inclusive de natureza ambiental, envolvendo ou que possa afetar a Emissora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro referentes ao Projeto que possam causar um Efeito Adverso Relevante;
- (o) a Emissora não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (p) observa a legislação em vigor, em especial a legislação trabalhista, previdenciária e ambiental, de forma que (i) não utiliza, direta ou indiretamente, trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil; (ii) os trabalhadores são devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; (iii) cumpre as obrigações decorrentes



3484058

76  
2

dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor; (iv) cumpre a legislação aplicável à proteção do meio ambiente, bem como à saúde e segurança do trabalho; (v) detém todas as permissões, licenças, autorizações e aprovações necessárias para o exercício de suas atividades, em conformidade com a legislação ambiental aplicável; e (vi) possui todos os registros necessários, em conformidade com a legislação civil e ambiental aplicável;

- (q) nesta data, nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão exceto (i) pelo registro das Debêntures junto aos sistemas de distribuição, negociação e custódia eletrônica da CETIP, os quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação, (ii) pelo arquivamento, na JUCERJA, e pela publicação nos Jornais de Publicação, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da ata da AGE da Emissora; (iii) pela inscrição desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos perante a JUCERJA e seu registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes; e (iv) celebração e registro, conforme o caso, dos Contratos de Garantia, nos termos e prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (r) as informações prestadas até o encerramento da Oferta Restrita com a divulgação no site da CVM do comunicado de encerramento são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para que os investidores interessados em subscrever ou adquirir as Debêntures tenham conhecimento da Emissora e das SPEs suas respectivas atividades e situações financeiras, das responsabilidades da Emissora e das SPEs, além dos riscos a suas atividades e quaisquer outras informações relevantes à tomada de decisões de investimento dos investidores interessados em adquirir as Debêntures, na extensão exigida pela legislação aplicável;
- (s) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;
- (t) cumpre as condicionantes ambientais constantes das licenças ambientais do Projeto e estão em situação regular com suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente;
- (u) a Emissora e cada uma das SPEs possuem justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos;
- (v) mantém os seus bens e de suas controladas adequadamente segurados, conforme razoavelmente esperado e de acordo com as práticas correntes de mercado;

74



3484059

- (w) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração do ICSD, Tesouro IPCA+ 2022, divulgada pela ANBIMA, e que a forma de cálculo de remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade, em observância ao princípio da boa-fé;
- (x) inexistência de descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral, em qualquer dos casos, visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar qualquer das obrigações decorrentes das Debêntures;
- (y) na data da assinatura desta Escritura de Emissão, está cumprindo as leis, regulamentos e políticas anticorrupção a que está submetida, bem como as determinações e regras emanadas por qualquer órgão ou entidade governamental a que esteja sujeita, que tenham por finalidade o combate ou a mitigação dos riscos relacionados a práticas corruptas, atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o Mercado de Capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos das Leis nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, nº 7.492, de 16 de junho de 1986, nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, nº 8.429, de 2 de junho de 1992, nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública), nº 9.613, de 3 de março de 1998, nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- (z) até a presente data, preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o seu conhecimento devem ser apresentadas, ou recebeu dilação dos prazos para apresentação destas declarações, sendo certo que todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma por si, ou por suas controladas, ou, ainda, impostas a si ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto em relação àquelas matérias que estejam sendo, de boa-fé, discutidas judicial ou administrativamente pela Emissora ou não afetam o andamento do Projeto ou a sua operação e não possam causar um Efeito Adverso Relevante;
- (aa) o Projeto foi devidamente enquadrado nos termos da Lei 12.431 e considerado como prioritário nos termos da Portaria; e
- (bb) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do



encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

- 9.2. Ficam os declarantes responsáveis por eventuais prejuízos que decorram da inveracidade ou inexatidão destas declarações, sem prejuízo do direito do Agente Fiduciário de declarar vencidas antecipadamente todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão, nos termos da Cláusula V acima.

## CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS

### 10.1. Comunicações

- 10.1.1. Quaisquer notificações, instruções ou comunicações a serem realizadas por qualquer das Partes em virtude desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

**CENTRAIS EÓLICAS DE CAETITÉ PARTICIPAÇÕES S.A.**

Rua Jardim Botânico, nº 518, 5º andar

CEP 22461-000 – Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Roberto Colindres / Administrativo

Telefone: (21) 3733-2961

Correio Eletrônico: roberto.colindres@rioenergyllc.com / administrativo@rioenergyllc.com

Para as SPEs:

Rua Jardim Botânico, nº 518, 5º andar

CEP 22461-000 – Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Roberto Colindres / Administrativo

Telefone: (21) 3733-2961

Correio Eletrônico: roberto.colindres@rioenergyllc.com / administrativo@rioenergyllc.com

Para o Agente Fiduciário:

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 10º Andar

Itaim Bibi - São Paulo, SP - CEP: 04538-132

At.: Viviane Rodrigues / Tatiana Lima

Telefone: (11) 2172-2628 / (11) 2172-2613

Fax: (11) 3178-7264

Correio Eletrônico: fiduciario@planner.com.br / vrodriques@planner.com.br /

tlima@planner.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador:



3484061

**ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**

Rua Santa Virginia, 299 – Tatuapé

CEP 03084-000 – São Paulo – SP

At.: Dalmir Coelho

Telefone: (11) 2740-2570

Correio Eletrônico: [dalmir.coelho@itau-unibanco.com.br](mailto:dalmir.coelho@itau-unibanco.com.br) / [escrituracaorf@itau-unibanco.com.br](mailto:escrituracaorf@itau-unibanco.com.br)

Para a CETIP:

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

São Paulo, SP

CEP 01452-001

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1559

Correio Eletrônico: [valores.mobiliarios@cetip.com.br](mailto:valores.mobiliarios@cetip.com.br)

Para o FIP:

**RIO ENERGY FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

Ao seu administrador: **SANTANDER SECURITIES SERVICES BRASIL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A**

A/C: Santander Securities Services Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nºs 2.041 e 2.235 – Bloco A (parte)

At.: Sr. Adriano Santos Amorim / Sr. Marcio Pinto Ferreira

Telefone: (11) 3553-5829

Fax: (11) 3553-3265

Para a Lagoa:

**LAGOA GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**

Rua Jardim Botânico, nº 518, 5º andar

CEP 22461-000 – Rio de Janeiro – RJ

At.: Srs. Roberto Colindres / Administrativo

Telefone: (21) 3733-2961

Correio Eletrônico: [roberto.colindres@rioenergyllc.com](mailto:roberto.colindres@rioenergyllc.com) / [administrativo@rioenergyllc.com](mailto:administrativo@rioenergyllc.com)

Para o BNDES:

Endereço: Av. República do Chile, nº 100, 11º andar

Rio de Janeiro – RJ

CEP 20031-917

At.: Ligia Barros das Chagas Ferreira - Chefe do Departamento de Energias Alternativas

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



Telefone: (21) 3747-9065  
Correio Eletrônico: ligiachagas@bndes.gov.br

10.1.2. As notificações, instruções e comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima e, se enviada por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

10.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

## 10.2. Renúncia

10.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.


## 10.3. Independência das Disposições da Escritura de Emissão

10.3.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

## 10.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

10.4.1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e com relação às Debêntures estão sujeitas à execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461 e 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de

OK

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

#### 10.5. Cômputo do Prazo

10.5.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

#### 10.6. Despesas

10.6.1. A Emissora arcará com todos os custos da Emissão, inclusive: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; e (b) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia, o Contrato de Compartilhamento de Garantias, a Fiança Bancária e a AGE da Emissora.

#### 10.7. Lei Aplicável

10.7.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

#### 10.8. Foro

10.8.1. Fica eleito o foro central da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2015.

[REstante da página intencionalmente deixado em branco]





3484064

(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, das Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.")

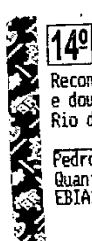
**CENTRAIS EÓLICAS DE CAETITÉ PARTICIPAÇÕES S.A.**

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:



CARTÓRIO DO 14º OFÍCIO DE NOTAS - R. VISC. DE PIRAJÁ, 550 - SS.121 - IPANEMA  
CEP 22410-002 - TELS. (0XX21) 2239-3797 / 2239-3897  
TABELIA: DRA. CONCÉLIA HENRIQUE DE SOUZA

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de ALEXANDRE LIMA NOGUEIRA,  
e dou fé.  
Rio de Janeiro-RJ, 22 de dezembro de 2015-16:04:13. Cód.: 0033308-01

Pedro de Almeida Bastos - Escrevente  
Quantidade R\$1-Emolumento R\$ 4,47-Taxas 1,58- Total R\$6,05  
EBIA11900-AAJ, Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

0033308-01  
AAB23502

14º Ofício de Notas-RJ  
Pedro de Almeida Bastos  
Escrevente  
TFS 8165304-001-0-RJ

22 DEZ. 2015

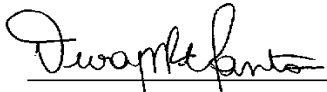
83  
A

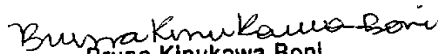


3484065

(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, das Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.")


**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**

  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
**Viviane Rodrigues**  
Diretora

  
**Bruna Kinukawa Boni**  
Procuradora



81

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000

84  
d



3484066

(Página de Assinatura do 'Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, das Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.')

EÓLICA CAETITÉ A S.A.

Nome:

Nome:

Cargo:

Cargo:

**14º** CARTÓRIO DO 14º OFÍCIO DE NOTAS - R. VISC. DE PIRAJÁ, 550 - SS. 121 - IPANEMA - RJ  
CEP 22410-002 - TELS. (0XX21) 2239-3797 / 2239-3897  
TABELIA: DRA. CONCELIANA HENRIQUE DE SOUZA

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de ALEXANDRE LIMA NOGUEIRA,  
e dou fé.  
Rio de Janeiro-RJ, 22 de dezembro de 2015-16:04:13. Cod.: 00362308-01

Pedro de Almeida Bastos - Escrevente  
Quantidade R\$1-Emolumento R\$ 4,47-Taxas 1,58- Total R\$6,05  
EPIA11901-AMB, Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

22 DEZ 2015

14º Ofício de Notas-RJ  
Pedro de Almeida Bastos  
Escrevente  
CTPS 8165304-001-0-RJ

82

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

85  
4



3484067

(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, das Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.")

EÓLICA CAETITÉ B S.A.

Nome:

Nome:

Cargo:

Cargo:

14º CARTÓRIO DO 14º OFÍCIO DE NOTAS - R. VISC. DE PIRAJÁ, 550 - SS 121 - IPANEMA  
CEP 22410-002 - TELS. (0XX21) 2239-3797 / 2239-3897  
TABELIA: DRA. CONCELINA HENRIQUE DE SOUZA

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de ALEXANDRE LIMA NOGUEIRA,  
e dou fé.  
Rio de Janeiro-RJ, 22 de dezembro de 2015-16:04:13. Cód.: 00352398-01

Pedro de Almeida Bastos - Escrevente  
Quantidade R\$1-Emolumento R\$ 4,47-Taxas 1,58- Total R\$6,05  
EBIA11902-JBE, Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

22 DEZ. 2015

14º Ofício de Notas-RJ  
Pedro de Almeida Bastos  
Escrevente  
CTPS 8165304-001-0-RJ

83

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000

86  
d



3484068

(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, das Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.")

EÓLICA CAETITÉ C S.A.

Nome:

Nome:

Cargo:

Cargo:

14º CARTÓRIO DO 14º OFÍCIO DE NOTAS - R. VISC. DE PIRAJÁ, 550 - SS 121 - IPANEMA  
CEP 22410-002 - TELS. (0XX21) 2239-3797 / 2239-3897  
TABELIA: DRA. CONCELIANA HENRIQUE DE SOUZA

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de ALEXANDRE LIMA NOGUEIRA,  
e dou fé.  
Rio de Janeiro-RJ, 22 de dezembro de 2015-16:04:13. Cód.: 0038308-01

Pedro de Almeida Bastos - Escrevente  
Quantidade R\$1-Emolumento R\$ 4,47-Taxas: 1,58- Total R\$6,05  
EBIA11903-IJA, Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

22 DEZ 2015

14º Ofício de Notas-RJ  
Pedro de Almeida Bastos  
Escrevente  
CTPS 8165304-001-0-RJ

PK

84

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000

87  
A



3484069

(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, das Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.")

**RIO ENERGY FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

Nome: **Camila Vendrame Carnieto**  
Cargo: **Administração Fiduciária  
Santander Securities Services**

Nome: **Fabio Marcondes Cevallo**  
Cargo: **Administração Fiduciária  
Santander Securities Services**

85

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000

88  
x



3484070

(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, das Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.")

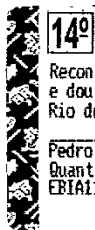
LAGOA GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:



CARTÓRIO DO 14º OFÍCIO DE NOTAS - R. VISC. DE PIRAJÁ, 550 - SS 121 - IPANEMA  
CEP 22410-002 - TELS. (0XX21) 2239-3797 / 2239-3897  
TABELIA: DRA. CONCELIANA HENRIQUE DE SOUZA

008233  
AA823506

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de ALEXANDRE LIMA NOGUEIRA,  
e dou fé.  
Rio de Janeiro-RJ, 22 de dezembro de 2015-16:04:13. Cód.: 00352308-01

Pedro de Almeida Bastos - Escrevente  
Quantidade R\$1-Emolumento R\$ 4,47-Taxas 1,58- Total R\$6,05  
ERIAL1904-AIE, Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

14º Ofício de Notas-RJ  
Pedro de Almeida Bastos  
Escrevente  
CTPS 8165304-001-0-RJ

22 DEZ. 2015

86

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000

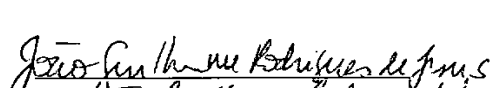
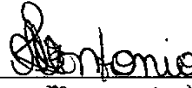
89  
X





3484071

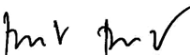
(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, das Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.")

Testemunhas:

	
Nome: João Guilherme Rodrigues de Jesus	Nome: Reme Antonio
CPF: 431155258-02	CPF: 42757160269

  
X  


87

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000





3484072

ANEXO I AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DAS CENTRAIS EÓLICAS DE CAETITÉ PARTICIPAÇÕES S.A.

Portarias MME nº. 662, de 16 de dezembro de 2014, publicada no DOU em 17 de dezembro de 2014, nº. 19, de 5 de fevereiro de 2015, publicada no DOU em 6 de fevereiro de 2015, e nº. 661, de 16 de dezembro de 2014, publicada no DOU em 17 de dezembro de 2014

88

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 662, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014



O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, no art. 2º da Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, e o que consta no Processo nº 48000.001528/2014-36, resolve:

3484073

Art. 1º Aprovar, na forma do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, como prioritário o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Caetité A, de titularidade da empresa Eólica Caetité A S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.233.858/0001-24, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Eólica Caetité A S.A. deverá:

I - manter atualizada, junto ao Ministério de Minas e Energia, a relação das pessoas jurídicas que a integram;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado; e

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle.

Art. 3º A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá informar, ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Eólica Caetité A S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria, entre as quais:

I - atraso superior a trezentos e sessenta e cinco dias em qualquer um dos marcos de implantação constantes de seu ato de outorga; ou

II - extinção da outorga de geração.

Art. 4º A Eólica Caetité A S.A. deverá encaminhar ao Ministério de Minas e Energia, no prazo de vinte dias a contar da sua emissão, cópia do ato autorizativo da Operação Comercial da EOL Caetité A, emitido pelo Órgão ou Entidade competente.

Art. 5º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como prioritário, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011.

Art. 6º A Eólica Caetité A S.A. e a sociedade controladora deverão observar, ainda, as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 7.603, de 2011, na Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, § 5º, da Lei nº 12.431, de 2011, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

92  
C



Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

348407 Este texto não substitui o publicado no D.O. de 17.12.2014, seção I, p. 82, v. 151, n. 244.

ANEXO

Projeto	EOL Caetité A.	
Tipo	Central Geradora Eólica.	
Leilão	Leilão de Energia nº 05/2013-ANEEL, realizado em 23 de agosto de 2013.	
Ato Autorizativo	Portaria MME nº 60, de 17 de fevereiro de 2014.	
Titular	Eólica Caetité A S.A.	
CNPJ/MF	19.233.858/0001-24.	
Pessoa Jurídica integrante da SPE	Razão Social:	CNPJ/MF:
	Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A. (*)	09.341.337/0001-37.
Localização	Município de Caetité, Estado da Bahia.	
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica com Potência Instalada de 30.000 kW, composta por dez Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito.	
Setor	Energia, nos termos do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.	
Identificação do Processo	48000.001528/2014-36.	

(\*) A totalidade das Ações da Eólica Caetité A S.A., bem como direitos, dividendos, rendimentos, remuneração ou reembolso de capital, incluindo, sem limites, juros sobre capital próprio e demais proventos e valores que venham a ser distribuídos, encontram-se alienados fiduciariamente em favor dos debenturistas subscritores e adquirentes das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da primeira emissão das Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A., representados pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de Agente Fiduciário.

Handwritten signature and initials.

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000

93  
A

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 661, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014



O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, no art. 2º da Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, e o que consta no Processo nº 48000.001527/2014-91, resolve:

3484075

Art. 1º Aprovar, na forma do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, como prioritário o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Caetité C, de titularidade da empresa Eólica Caetité C S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.560.109/0001-01, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Eólica Caetité C S.A. deverá:

I - manter atualizada, junto ao Ministério de Minas e Energia, a relação das pessoas jurídicas que a integram;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado; e

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle.

Art. 3º A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá informar, ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Eólica Caetité C S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria, entre as quais:

I - atraso superior a trezentos e sessenta e cinco dias em qualquer um dos marcos de implantação constantes de seu ato de outorga; ou

II - extinção da outorga de geração.

Art. 4º A Eólica Caetité C S.A. deverá encaminhar ao Ministério de Minas e Energia, no prazo de vinte dias a contar da sua emissão, cópia do ato autorizativo da Operação Comercial da EOL Caetité C, emitido pelo Órgão ou Entidade competente.

Art. 5º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como prioritário, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011.

Art. 6º A Eólica Caetité C S.A. e a sociedade controladora deverão observar, ainda, as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 7.603, de 2011, na Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, § 5º, da Lei nº 12.431, de 2011, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

f  
D  
f

94  
OK



Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

Este texto não substitui o publicado no D.O. de 17.12.2014, seção I, p. 82, v. 151, n. 244.

3484076

ANEXO

Projeto	EOL Caetité C.	
Tipo	Central Geradora Eólica.	
Leilão	Leilão de Energia nº 09/2013-ANEEL, realizado em 18 de novembro de 2013.	
Ato Autorizativo	Portaria MME nº 224, de 28 de maio de 2014.	
Titular	Eólica Caetité C S.A.	
CNPJ/MF	19.560.109/0001-01.	
Pessoa Jurídica integrante da SPE	Razão Social:	CNPJ/MF:
	Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A. (*)	09.341.337/0001-37.
Localização	Município de Caetité, Estado da Bahia.	
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica com Potência Instalada de 15.000 kW, composta por cinco Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito.	
Setor	Energia, nos termos do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.	
Identificação do Processo	48000.001527/2014-91.	

(\*) A totalidade das Ações da Eólica Caetité C S.A., bem como direitos, dividendos, rendimentos, remuneração ou reembolso de capital, incluindo, sem limites, juros sobre capital próprio e demais proventos e valores que venham a ser distribuídos, encontram-se alienados fiduciariamente em favor dos debenturistas subscritores e adquirentes das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da primeira emissão das Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A., representados pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de Agente Fiduciário.

*[Assinaturas manuscritas]*

*[Assinatura]*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



ANEXO II AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DAS CENTRAIS EÓLICAS DE CAETITÉ PARTICIPAÇÕES S.A.

MINUTA DE ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO PREVENDO A CONVOLAÇÃO DA ESPÉCIE DAS DEBÊNTURES PARA COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA

1º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DAS CENTRAIS EÓLICAS DE CAETITÉ PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento,

**CENTRAIS EÓLICAS DE CAETITÉ PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, 470, Ipanema, Sala 401 (parte), CEP 22.410-002, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 09.341.337/0001-37, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Emissora");

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s), na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas (conforme definido abaixo) ("Agente Fiduciário");

**EÓLICA CAETITÉ A S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, 470, Ipanema, Sala 401, CEP 22.410-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.233.858/0001-24, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("EOL A" ou "SPE I");

**EÓLICA CAETITÉ B S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, 470, Ipanema, Sala 401,



CEP 22.410-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.235.607/0001-89, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("EOL B" ou "SPE II");

**EÓLICA CAETITÉ C S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, 470, Ipanema, Sala 401, CEP 22.410-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.560.109/0001-01, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("EOL C" ou "SPE III" e, em conjunto com EOL A e EOL B, "SPEs");

**RIO ENERGY FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, fundo de investimento constituído sob a forma de fundo fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.142.169/0001-89, administrado pelo Santander Securities Services Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 e 2035, bloco A, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 62.318.407/0001-19, neste ato representado por seus representantes legais devidamente autorizados ("FIP");

**LAGOA GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, 470, Ipanema, Sala 401, CEP 22.410-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.108.793/0001-22, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Lagoa" e, em conjunto com FIP, "Acionistas");

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário, as SPEs e as Acionistas designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

#### CONSIDERANDO QUE:

- (i) as Partes celebraram em 22 de dezembro de 2015 o "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, das Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A." ("Escritura de Emissão"), por meio da qual foram emitidas 33.500 (trinta e três mil e quinhentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da 2ª (segunda) emissão da Emissora, todas com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), na data de emissão, qual seja, 15 de outubro de 2015, perfazendo o montante total de R\$ 33.500.000,00 (trinta e três milhões e quinhentos mil reais) ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente);



3484079

- 9x  
0
- (ii) conforme previsto nas Cláusulas 4.16.1 e 4.16.2 da Escritura de Emissão, uma vez verificada a constituição das Garantias Reais (conforme definido na Escritura de Emissão), as Debêntures deixarão de ser da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, e passarão a ser da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, estando as Partes autorizadas a celebrar aditamento à Escritura de Emissão para formalizar a referida convolação da espécie das Debêntures;
  - (iii) o Agente Fiduciário verificou a regular constituição e formalização das Garantias Reais de acordo com a Cláusula 4.15.5 da Escritura de Emissão; e
  - (iv) as Partes, em conjunto, decidiram alterar determinados termos e condições da Escritura de Emissão para refletir a alteração da espécie das Debêntures, nos termos aqui dispostos;

vêm por esta e na melhor forma de direito, aditar e consolidar a Escritura de Emissão por meio do presente “Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, das Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.” (“Aditamento”), mediante as cláusulas e condições a seguir.

#### CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

- 1.1. O presente Aditamento é celebrado com base nas aprovações societárias concedidas nos termos das Cláusulas I da Escritura de Emissão, e do disposto na Cláusula 4.16.2. da Escritura de Emissão.

#### CLÁUSULA II ALTERAÇÕES

- 2.1. As Partes resolvem alterar o título da Escritura de Emissão, que passa a ser denominada “Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, das Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.”.
- 2.2. As Partes resolvem alterar a redação do *caput* da Cláusula II - Requisitos da Escritura de Emissão que passa a vigorar com a seguinte redação:
- 91

#### “CLÁUSULA II REQUISITOS

9x

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



98  
X

*A 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos, da Emissora, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e desta Escritura de Emissão ("Oferta Restrita"), deverá observar os seguintes requisitos:"*

- 2.3. As Partes resolvem alterar a redação da Cláusula 4.1.3 da Escritura de Emissão que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"4.1.3. Espécie: As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória."*

- 2.4. As Partes resolvem alterar a redação da Cláusula 4.16 da Escritura de Emissão que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### **4.16. Convolução em Debêntures da Espécie com Garantia Real**

*4.16.1. Foi verificada a constituição das Garantias Reais, nos termos da Cláusula 4.15.5 acima, e as Debêntures deixaram de ser da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, e passaram a ser da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória.*

*4.16.2. As Partes foram autorizadas a celebrar aditamento a esta Escritura de Emissão, nos termos do Anexo II, para formalizar a convolução da espécie das Debêntures de quirografárias, com garantia adicional fidejussória, para com garantia real, com garantia adicional fidejussória, mediante a constituição das Garantias Reais nos termos da Cláusula 4.15 acima, tendo sido estabelecido que não seria necessária a realização de Assembleia Geral de Acionistas da Emissora ou de Assembleia Geral de Debenturistas para aprovação do respectivo aditamento, cuja celebração ocorreu no prazo de até 30 (trinta) dias contados da verificação da regularidade da constituição das Garantias, conforme Cláusula 4.15.5 acima. O aditamento referido nesta Cláusula foi levado a registro na JUCERJA, conforme disposto na Cláusula 2.3.1 acima, bem como nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme disposto na Cláusula 2.5.1 acima, observado que uma cópia do referido aditamento deverá ser entregue à CETIP e uma via original ao Agente Fiduciário, pela Emissora, em até 5 (cinco) dias após seu registro perante a JUCERJA e Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes.*

- 2.5. Em razão da alteração estabelecida na Cláusula 2.1. deste Aditamento, para todos os fins e efeitos, toda e qualquer referência na Escritura de Emissão à espécie quirografária das Debêntures será considerada como uma referência à espécie com garantia real das Debêntures.

Handwritten signatures and initials: a large stylized 'J', 'BK', and a signature.

X



3484081

99  
A

### CLÁUSULA III DISPOSIÇÕES GERAIS

- 3.1. Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas que não sejam expressamente definidos no presente Aditamento terão os significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.
- 3.2. Todos os termos e condições da Escritura de Emissão que não tenham sido expressamente alterados pelo presente Aditamento são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito. Dessa forma, a Escritura de Emissão consolidada passa a vigorar conforme disposto no Anexo A.
- 3.3. A Emissora, as SPEs e as Acionistas declaram e garantem, individualmente, que as declarações prestadas na Cláusula 9.1 da Escritura de Emissão permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Aditamento.
- 3.4. Este Aditamento será arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA"), conforme disposto no artigo 62, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data de assinatura deste documento. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original deste Aditamento devidamente arquivado na JUCERJA em até 5 (cinco) dias após o respectivo arquivamento.
- 3.5. Nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, em virtude das garantias fidejussórias avençadas na Cláusula 4.17.1 da Escritura de Emissão, a Emissora deverá, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da data de assinatura do presente Aditamento, obter o seu registro perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original deste Aditamento em até 5 (cinco) dias após os respectivos registros.
- 3.6. Caso qualquer das disposições deste Aditamento venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
- 3.7. Este Aditamento, a Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos deste Aditamento, da

93

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



Escritura de Emissão e com relação às Debêntures estão sujeitas à execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos deste Aditamento.

- 3.8. A Emissora arcará com todos os custos de registro e arquivamento deste Aditamento de acordo com os termos definidos na Escritura de Emissão.
- 3.9. Este Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.
- 3.10. Fica eleito o foro central da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Rio de Janeiro, [●], [●] de [●] de 2015.

[REstante da página intencionalmente deixado em branco]



3484083

(Página de Assinatura do "1º Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, das Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.")

**CENTRAIS EÓLICAS DE CAETITÉ PARTICIPAÇÕES S.A.**

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

95

95

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A

Nire: 33300291296

Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0

Arquivamento: ED33000666-4/000

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



3484084

*(Página de Assinatura do "1º Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, das Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.")*

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo:

102  
α

BK

96

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



3484085

(Página de Assinatura do "1º Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, das Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.")

EÓLICA CAETITÉ A S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

103  
OK

97

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



3484086

(Página de Assinatura do "1º Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, das Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.")

EÓLICA CAETITÉ B S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

98

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



3484087

(Página de Assinatura do "1º Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, das Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.")

EÓLICA CAETITÉ C S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

99

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000





3484088

(Página de Assinatura do "1º Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, das Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.")

**RIO ENERGY FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

106  
α

100

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



3484089

(Página de Assinatura do "1º Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, das Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.")

**LAGOA GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

BK

101

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



3484090

(Página de Assinatura do "1º Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, das Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.")

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

BK

102

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



3484091

ANEXO A AO 1º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DAS CENTRAIS EÓLICAS DE CAETITÉ PARTICIPAÇÕES S.A.

[CONSOLIDAÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO]

109  
X

BK

103

+

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



ANEXO III AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DAS CENTRAIS EÓLICAS DE CAETITÉ PARTICIPAÇÕES S.A.

MODELO DE FIANÇA BANCÁRIA

**CARTA DE FIANÇA Nº [ ]**

[ ], [ ]/[ ]/201[ ].

À

**[Agente Fiduciário]**

[endereço do agente fiduciário]

CEP [ ], [Município], [Estado]

At.: Srs. [ ]

**Ref.: CARTA DE FIANÇA Nº [ ]**


Prezados Senhores,

Por este instrumento, [ ], instituição financeira com sede na Cidade de [ ], Estado do [ ], no endereço [ ], CEP [ ], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº [ ], por seus representantes legais ("Fiador"), obriga-se, como fiador e principal pagador, a cumprir as obrigações assumidas pela **CENTRAIS EÓLICAS DE CAETITÉ PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, 470, Ipanema, Sala 401 (parte), CEP 22.410-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.341.337/0001-37 ("Emissora"), no âmbito da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos da Emissora ("Emissão"), cujas condições e características são descritas no "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, das Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.", celebrado em [ ] de [ ] de 2015, entre a Emissora, o Agente Fiduciário (conforme abaixo qualificado) e terceiros, a ser devidamente registrado perante a

BK

104

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



3484093

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, conforme o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Escritura de Emissão"), Escritura de Emissão esta que o Fiador declara conhecer e pela qual a Emissora emitiu [ ] ([ ]) debêntures ("Debêntures"), com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando R\$ [ ] ([ ]) na data de emissão das Debêntures, qual seja [--] de [--] de 2015 ("Data de Emissão"), sendo limitada a responsabilidade do Fiador, à quantia de R\$ [ ] ([ ]), na data-base de [--] de [--] de 2015 [obs.: a data base deverá ser a Data de Emissão das Debêntures], acrescida da Atualização Monetária, dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário, e despesas judiciais comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário e/ou pelos titulares das Debêntures na execução da presente fiança.

A presente fiança é prestada em caráter irrevogável e irretratável, até [ ] de [ ] de [ ] [obs.: a data a ser fixada deverá corresponder ao prazo estabelecido na Escritura de Emissão para validade das cartas de fiança], em favor dos titulares das Debêntures objeto da Emissão, representados pela **PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46 ("Agente Fiduciário"), renunciando o Fiador aos benefícios de que tratam os artigos 366, 827 e 838 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, estabelecido que qualquer alteração no prazo ou no valor da presente fiança depende sempre da anuência prévia do Fiador, responsabilizando-se o Fiador solidariamente com a Emissora pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora, e comprometendo-se, na hipótese de inadimplemento por parte da Emissora, a honrar as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora na Escritura de Emissão, [observado o limite de responsabilidade mencionado no parágrafo primeiro da presente carta de fiança], , acrescido da Atualização Monetária, dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário, e despesas judiciais comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário e/ou pelos titulares das Debêntures na execução da presente fiança, dentro do prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contado a partir do recebimento da comunicação com aviso de recebimento realizada pelo Agente Fiduciário, informando sobre o inadimplemento, a ser encaminhada ao Fiador, no endereço: [ ], com cópia para a Emissora.

O Fiador declara que a concessão da fiança está dentro dos limites autorizados pelo Banco Central do Brasil.

A presente carta de fiança será registrada pelo Fiador, às expensas da Emissora, nos respectivos Cartórios de Registros de Títulos e Documentos dos domicílios do Agente Fiduciário e do Fiador, nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada. O Fiador enviará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da presente

105



3484094

carta de fiança, ou ainda de seus eventuais aditamentos, devidamente registrados, em até 5 (cinco) dias após a obtenção dos registros nos Cartórios.

Os termos em letras maiúsculas ou com iniciais maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos nesta carta de fiança são aqui utilizados com o significado correspondente a eles atribuído na Escritura de Emissão.

Isto posto, firma esta em 1 (uma) via original e 3 (três) cópias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

**FIADOR(A):**

\_\_\_\_\_  
[FIADOR]

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

106

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



ANEXO IV AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DAS CENTRAIS EÓLICAS DE CAETITÉ PARTICIPAÇÕES S.A.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE COMPLETION

[Local], [ ] de [ ] de [ ]

À  
PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

[--]

[--]

CEP: [--]

At.: [--]

Ref.: [Conclusão Física (*Completion* Físico) / Conclusão Financeira (*Completion* Financeiro) do Projeto]

Prezados Senhores,

**CENTRAIS EÓLICAS DE CAETITÉ PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, 470, Ipanema, Sala 401 (parte), CEP 22.410-002, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 09.341.337/0001-37, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Emissora"), declara, para todos os fins de direito, nos termos previstos na Cláusula 4.17.2.4. do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, das Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A. ("Escritura de Emissão"):

(i) a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e a inexistência de descumprimento de quaisquer obrigações perante os Debenturistas;

(ii) a ocorrência do [*Completion* Físico / *Completion* Financeiro] do Projeto, tendo em vista a ocorrência cumulativa das seguintes condições, conforme previstas na Cláusula 4.20. da Escritura de Emissão:

[Condições de *Completion* Físico/Financeiro previstas na Escritura de Emissão]

107





3484096

Ainda, em observância à Cláusula 4.17.2.4 da Escritura de Emissão, a Emissora comunica que o BNDES verificou a ocorrência do [Completion Físico / Completion Financeiro], conforme Contratos de Financiamento com o BNDES, nos termos da correspondência anexa à presente declaração.

Em anexo a esta declaração seguem os documentos que comprovam a ocorrência das condições acima listadas.

A Emissora vem, assim, por meio da presente, solicitar ao Agente Fiduciário a formalização da redução/liberação da Fiança Bancária prestada nos termos da Cláusula 4.17 da Escritura de Emissão.

Atenciosamente,

**CENTRAIS EÓLICAS DE CAETITÉ PARTICIPAÇÕES S.A.**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

108

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CENTRAIS EOLICAS DE CAETITE PARTICIPACOES S/A  
Nire: 33300291296  
Protocolo: 0020154569100 - 23/12/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69D8E486DD67EAC739F00C3D5CEDFF03D09B4C359E13D6C9395580EF7D7C71B0  
Arquivamento: ED33000666-4/000



ANEXO V AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DAS CENTRAIS EÓLICAS DE CAETITÉ PARTICIPAÇÕES S.A.

METODOLOGIA DE CÁLCULO DO ICSD

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") em um determinado Ano de Referência ("ARef")<sup>1</sup> é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade no ARef pelo Serviço da Dívida do ARef, com base em informações registradas nas Demonstrações Financeiras anuais consolidadas auditadas da Emissora, a saber:

**A) GERAÇÃO DE CAIXA DA ATIVIDADE NO ARef**

- (+) EBITDA do ARef, calculado de acordo com o item D
- (-) Imposto de Renda devido (pago ou provisionado) no ARef, exceto aquele pago sobre a receita financeira da Emissora
- (-) Contribuição Social devida (paga ou provisionada) no ARef, exceto aquele pago sobre a receita financeira da Emissora
- (+) Utilização de créditos fiscais de PIS/COFINS

**B) SERVIÇO DA DÍVIDA NO ARef**

- (+) Amortização de principal realizada no ARef exceto a referente ao subcrédito "C" das SPEs ("Subcrédito Social") referente aos Contratos de Financiamento com o BNDES
- (+) Pagamento de Juros no ARef referentes aos Contratos de Financiamento com o BNDES
- (+) Amortização de principal do crédito junto aos Debenturistas realizada no ARef pela Emissora
- (+) Pagamento dos Juros do crédito junto aos Debenturistas realizada no ARef pela Emissora

**C) ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA NO ARef**

A / B

**D) EBITDA DO ARef**

- (+) Lucro Líquido
- (+/-) Despesa (receita) financeira líquida
- (+) Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais
- (+) Depreciações e amortizações
- (+/-) Quaisquer outras (Receitas) ou despesas sem efeitos financeiros



3484098

(+/-) Perdas (lucros) resultantes de equivalência patrimonial nos resultados dos investimentos em sociedades coligadas/controladas.

<sup>1</sup> O ano de referência coincidirá com o ano civil, a não ser para fins de conclusão financeira do Projeto, quando não necessariamente o ano de referência coincidirá com o ano civil.

<sup>2</sup> Dívida onerosa total, com exceção de dívida subordinada.

<sup>3</sup> Todas as parcelas para o cálculo do EBITDA são referentes às demonstrações financeiras do Ano de Referência.

118  
α

BK

110

A